



A emissão de Opinião do Auditor em tempos de Crise

Ana Elisabete Silva Ribeiro

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Auditoria

Porto – 2021

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



A emissão de Opinião do Auditor em tempos de Crise

Ana Elisabete Silva Ribeiro

Dissertação de Mestrado

**apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação da Professora
Doutora Alcina Augusta Sena Portugal Dias**

Porto – 2021

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

Agradecimentos

A elaboração deste trabalho não requereu apenas um esforço pessoal mas também de todos os que me rodeiam. Durante o processo de elaboração deste trabalho foram vários os sentimentos que experienciei e nem sempre os mais favoráveis à continuidade do mesmo, mas é com grande satisfação e sentimento de dever cumprido que o concluo.

O processo da elaboração desta dissertação foi bastante longo, até que o momento da decisão de a terminar chegou, neste momento o apoio de todos os que me rodeiam foi fundamental, por este motivo deixo aqui expresso o meu mais sentido agradecimento a todos os que me apoiaram nesta etapa.

Agradeço em especial ao meu namorado, pelo apoio absoluto, por toda a força, paciência e por todas as palavras motivadoras fazendo-me acreditar que era capaz.

À minha família pelo apoio incondicional, pela força e nunca me deixarem cruzar os braços até que atingisse mais esta etapa.

À minha orientadora, Doutora Alcina Portugal Dias, agradeço toda a disponibilidade, apoio e todas as críticas construtivas que foi dando ao longo de todo o processo.

A todos os que aceitaram colaborar nesta investigação respondendo ao questionário, cujo contributo tornou-se fundamental para a conclusão deste trabalho.

A todos, um muito obrigada por tudo.

Resumo:

A economia mundial é cíclica. Este ciclo é composto pela sua evolução e crescimento e chega a um determinado ponto em que a mesma entra no sentido inverso, o sentido da recessão que pode mesmo chegar a ser considerado uma crise financeira.

Atualmente o mundo vive uma crise diferente, vivemos numa crise pandémica provocada pelo vírus da Sars-cov-2, mais conhecida pela doença da covid-19. Até ao momento ainda não é possível quantificar os impactos desta crise pandémica na nossa economia, mas os estudiosos apontam que é possível que se aproxime mais uma crise financeira, especialmente pelo impacto que esta crise teve no setor do turismo.

Neste ponto a auditoria financeira é fundamental para acrescentar valor às demonstrações financeiras de uma empresa, pois estas estão a passar por grande período de incerteza não sendo possível calcular qual o impacto desta crise pandémica.

A presente investigação procura refletir sobre qual o comportamento do Revisor Oficial de Contas a ter na atual situação de crise pandémica e avaliar o impacto na opinião a emitir no seu Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas. Para tal foram realizadas pesquisas sobre referências bibliográficas onde foram abordados os conceitos chave desta investigação, nomeadamente o conceito de auditoria, o trabalho de auditoria, tipos de relatórios de auditoria e crises financeiras e económicas.

O passo seguinte foi fundamentar a metodologia adotada no decorrer desta investigação, tendo sido realizados questionários aos Revisores Oficiais de Contas para recolha de dados.

Através dos dados obtidos pelos questionários pôde-se comprovar o objetivo a que esta pesquisa se propôs, verificando a posição dos Revisores perante o cenário económico e financeiro atual.

Palavras chave: Crise, Opinião, Relatório de Auditoria, Auditor

Abstract:

The world economy is cyclical. This cycle is composed of its evolution and growth and reaches a certain point where it enters in the opposite direction, the direction of recession that can even come to be considered a financial crisis.

The world is currently experiencing a different crisis, we are living in a pandemic crisis caused by the Sars-cov-2 virus, better known as the covid-19 disease. So far it is not possible to quantify the impacts of this pandemic crisis on our economy, but scholars point out that it is possible that another financial crisis is approaching, especially due to the impact that this crisis had on the tourism sector.

At this point, the financial audit is essential to add value to a company's financial statements, as they are going through a great period of uncertainty and it is not possible to calculate the impact of this pandemic crisis.

The present investigation seeks to reflect on the behavior of the Statutory Auditor to have in the current situation of pandemic crisis and assess the impact on the opinion to be issued in its Audit Report / Legal Certification of Accounts. To this end, research was carried out on bibliographical references where the key concepts of this investigation were addressed, namely the concept of auditing, auditing work, types of audit reports and financial and economic crises.

The next step was to substantiate the methodology adopted during this investigation, with questionnaires being carried out to the Statutory Auditors for data collection.

Through the data obtained from the questionnaires, it was possible to prove the objective that this research proposed, verifying the position of the Reviewers in the current economic and financial scenario.

Key words: Crisis, Opinion, Audit Report, Auditor

Índice geral

Introdução	1
Capítulo I – [Revisão de Literatura].....	3
1 Revisão de Literatura.....	4
1.1 Definição e objetivo de auditoria	4
1.2 Relatório de Auditora / Certificação Legal das Contas.....	7
1.2.1 Planeamento.....	7
1.2.2 Materialidade e Risco	9
1.2.3 Tipos de Relatórios de Auditoria / Certificação Legal das Contas.....	14
1.3 Crise Económica e Financeira.....	17
1.4 Síntese das questões de investigação	21
Capítulo II – [Metodologia de investigação]	23
2 Metodologia de Investigação.....	24
2.1 Fundamentação da opção metodológica	24
2.2 Hipóteses de estudo e a sua formulação.....	25
2.3 Modelo de análise.....	29
2.4 Instrumento de recolha de dados.....	29
2.4.1 Elaboração do Questionário.....	30
2.4.2 Relação das Hipóteses de Investigação vs Questões de Investigação vs Questões do Questionário.....	31
2.4.3 População e Amostra	34
2.4.4 Recolha e Organização dos Dados.....	34
Capítulo III – [Caso de estudo]	35
3 Caso de Estudo	36
3.1 Apresentação e interpretação dos dados.....	36
3.1.1 Estatística descritiva.....	36
3.2 Apresentação e interpretação dos dados.....	46

Capítulo IV – [Conclusão]	48
Referências bibliográficas	53
Apêndices	55
Anexos	57

Índice de Figuras

Fig. 1 - Relação Materialidade e Risco de Auditoria.....	11
Fig. 2 – Funcionamento do Risco de Auditoria.....	13
Fig. 3 – Modelo de Análise.....	29

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Questões de Investigação.....	22
Tabela 2 - Relação entre Questões e Hipótese de Investigação.....	27
Tabela 3 - Relação entre a hipótese 1 e as questões de investigação vs questões do questionário.....	31
Tabela 4 - Relação entre a hipótese 2 e as questões de investigação vs questões do questionário.....	32
Tabela 5 - Relação entre a hipótese 3 e as questões de investigação vs questões do questionário.....	33
Tabela 6 - Relação entre a hipótese 4 e as questões de investigação vs questões do questionário.....	33
Tabela 7 - Relação entre questões de investigação, hipóteses de investigação e resultados.....	47
Tabela 8 – Percentagem de confirmação do modelo de análise.....	50

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Tempo de exercício de profissão de ROC.....	37
Gráfico 2 – Impacto da Covid-19 no planeamento do trabalho de auditoria.....	37
Gráfico 3 – Impacto da Covid-19 no calculo da materialidade.....	38
Gráfico 4 – Impedimento dos clientes para a realização do trabalho de auditoria.....	38
Gráfico 5 – Confiança nas DFs da entidade auditada.....	39
Gráfico 6 – Dificuldade em expressar uma opinião sobre as DFs.....	39
Gráfico 7 – Importância do conhecimento do negócio do cliente.....	40
Gráfico 8 – Importância do julgamento profissional do auditor.....	41
Gráfico 9 – Necessidade de aumento do número de testes e análise documental.....	41
Gráfico 10 – Número de Relatórios de Auditoria / CLC com ênfases.....	42
Gráfico 11 – Número de Relatórios de Auditoria / CLC com reservas.....	42
Gráfico 12 – Dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade na atual crise pandémica.....	43
Gráfico 13 – Dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade na anterior crise financeira (2008 e nos anos seguintes).....	44
Gráfico 14 – Controlo interno vs segurança na execução do trabalho de auditoria.....	45
Gráfico 15 – Fragilidade do controlo interno na atual crise pandémica.....	45

Lista de abreviaturas

AICPA – American Institute Of Certified Public Accountants

CLC – Certificação Legal das Contas

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

DF – Demonstrações Financeiras

DRA – Diretriz de Revisão / Auditoria

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAT – Guia de Aplicação Técnica

IASB – International Accounting Standards Board

IFAC – International Federation of Accountants

ISA – International Standard on Auditing – Norma Internacional de Auditoria

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

ROC – Revisor Oficial de Contas

TC – Tribunal de Contas

Perante uma crise económica, as empresas têm maior tentação em encobrir os maus resultados obtidos, pois querem manter a imagem credível que foram vindo a construir. Perante este cenário o Auditor / Revisor tem um trabalho de maior importância pois os utilizadores da informação das demonstrações financeiras tem confiança na opinião contida no Relatório de Auditoria.

Atualmente o mundo está a atravessar um cenário de crise económica, consequência da crise de saúde mundial criada pelo vírus Sars-cov-2, doença mais conhecida como covid-19, tendo as empresas tem sofrido um grande impacto na sua atividade o que consequentemente pode levar a que estas apresentem prejuízos.

O objetivo deste trabalho é saber como é que os auditores realizam o seu trabalho perante um cenário de crise. Como elaboram o seu programa de trabalho, quais as áreas que têm que reforçar a sua análise e quais os procedimentos a adotar, de modo a que no final do trabalho estarem em condições de emitir o relatório com a sua opinião.

Como se trata de uma crise de saúde pública, onde o método de propagação da doença é através do ar, a população mundial é recomendada, sempre que possível, a permanecer em casa para controlar a propagação da covid-19, dificultando assim o desempenho da atividade do auditor que é realizada maioritariamente em campo, isto é nas instalações do cliente.

Assim, com este trabalho pretendo abordar como é que o auditor realiza o seu trabalho de modo a conseguir emitir o Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas.

O capítulo 1 é composto pela Revisão da Literatura onde é apresentada a definição de auditoria, as fases do trabalho de auditoria, os tipos de Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas e uma breve noção das maiores crises que atingiram o mundo.

No capítulo 2 é apresentado o método de investigação utilizado, bem como a formulação das perguntas e das hipóteses de investigação a desenvolver ao longo deste trabalho.

O capítulo 3 é constituído pela apresentação e interpretação dos dados recolhidos nos questionários realizados.

Por fim, no capítulo 4 são expostas as conclusões obtidas através do estudo efetuado, as limitações e as questões para futuras investigações.

CAPÍTULO I – [REVISÃO DE LITERATURA]

1 Revisão de Literatura

1.1 Definição e objetivo de auditoria

Existem diversas definições de Auditoria, consoante o organismo que a publica esta pode ser uma vertente mais ou menos técnica.

A origem da palavra auditoria vem do verbo latino “audire” que significa “ouvir”. Ou seja, o auditor é aquele que ouve.

Não se sabe ao certo quando é que a atividade de auditoria começou, mas é expectável que tenha começado por meados do 4000 a.c. na Babilonia, China e Egipto, com a necessidade de verificar a cobrança de impostos nas transações comerciais existentes.

Em 1887 surgiu uma das primeiras organizações a regulamentar a atividade de auditoria inicialmente denominado “the American Association of Public Accountants” que uns anos mais tarde passou a ser denominada de “American Institute of Certified Public Accounts” (AICPA) tornando-se numa das maiores instituições americanas no que respeita ao controlo da atividade de auditoria, e assim publicou os primeiros regulamentos da profissão de Auditor. Foi nos Estados Unidos da América que a atividade de auditoria mais se desenvolveu ao longo dos tempos, por se tratar de uma região bastante industrializada e também foi nesta região que se registaram os primeiros grandes escândalos financeiros como a Enron, Lehman Brothers, WorldCom, entre outros o que levou a uma maior necessidade de regulamentação e fiscalização da atividade de auditoria como a criação da Lei de Sarbanes-Oxley¹.

Na Europa o trabalho de auditoria começou a ter maior importância no Reino Unido, onde a revolução industrial teve maior desenvolvimento, e de seguida propagou-se pelos restantes países deste continente.

Em Portugal a atividade de auditoria é regulamentada pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, OROC e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, CMVM.

¹ A Lei Sarbanes-Oxley, aprovada em 30 de Julho de 2002 e promulgada pelo Presidente dos Estados Unidos da América (EUA), surgindo como resposta séria aos escândalos financeiros ocorridos, (...) que abalaram o ambiente de negócios norte americanos e lançaram o pânico nos mercados de capitais e dos quais resultou a necessidade de legislar sobre a atividade desenvolvida pelas empresas de auditoria (...) Fonte: A teoria da agência e a lei de Sarbanes-Oxley X Congresso de contabilidade - ISCAL – novembro de 2004, autores: Oliveira, Helena; Castro Eduardo; Teixeira, Alfredo; Cunha, Carlos

Nos últimos anos a regulamentação da atividade de auditoria em Portugal tem vindo a passar por algumas alterações por imposição da CMVM, devido a situações de fraude financeira como por exemplo o Grupo Espírito Santo. A CMVM tomou medidas de modo a controlar a atividade de Auditoria das empresas cotadas bem como as Entidades de Interesse Público.

O Tribunal de Contas (TC) atribui a seguinte definição:

“Auditoria é um exame ou verificação de uma dada matéria, tendente a analisar a conformidade da mesma com determinadas regras, normas ou objetivos, conduzido por uma pessoa idónea, tecnicamente preparada, realizado com a observância de certos princípios, métodos e técnicas geralmente aceites, com vista a possibilitar ao auditor formar uma opinião e emitir um parecer sobre a matéria analisada“. (1999, p.23)

Esta definição dada pelo TC, mantém-se até aos dias de hoje.

Segundo o parágrafo 3 da ISA 200 – Objetivos gerais do auditor independente e condução de uma auditoria de acordo com as normas internacionais de auditoria, do IFAC refere que:

“A finalidade de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos destinatários das demonstrações financeiras. Isto é conseguido pela expressão de uma opinião do auditor sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com um referencial de relato financeiro aplicável. Na maioria dos referenciais com finalidade geral, essa opinião incide sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, ou dão uma imagem verdadeira e apropriada de acordo com o referencial”.

Assim, o trabalho de auditor tem como finalidade expressar uma opinião e certificar-se que as demonstrações financeiras cumprem as seguintes características qualitativas² de modo a estas apresentarem informação útil, verdadeira e apropriada (*true and fair view*) para os seus *stakeholders* que segundo o IASB são:

² De acordo com o Framework do IASB (International Accounting Standards Board)

- Compreensibilidade: A informação presente nas demonstrações financeiras deve ser clara para quem a analisa mesmo para quem não tem conhecimentos técnicos económicos e contabilísticos. De salientar que não deve ser excluída informação mais complexa, devendo esta ser apresentada de forma simples quanto possível.
- Relevância: A informação é considerada relevante quando esta influencia a tomada de decisão dos utilizadores. A relevância é afetada pela sua natureza e pela materialidade. Salienta-se que a informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem a tomada de decisão com base na informação das demonstrações financeiras.
- Fiabilidade: Tornar a informação confiável, representando todas as operações com credibilidade. Existe algum risco da informação financeira não ser totalmente fidedigna por diversas razões, como dificuldades inerentes à identificação das operações, dificuldades de valorização e apresentação das mesmas devido à sua complexidade. Para combater este risco a informação apresentada deve ser neutra e livre de preconceitos, isto é, não se deve influenciar a tomada de decisão de modo a atingir um objetivo pré determinado. Outro aspeto relevante para que a informação seja fiável é a prudência, ou seja a precaução de quem prepara as demonstrações financeiras tem de ter ao incluir informação que é sujeita a juízos de valor (ex. cobrabilidade das dívidas dos clientes).
- Comparabilidade: A informação financeira deve ser comparável no tempo, para se poder identificar tendências do desempenho e da posição financeira, bem como deve ser comparável com outras empresas. Deste modo, as transações devem ser tratadas de forma consistente e divulgar as políticas contabilísticas utilizadas.

De acordo com ISA 200, já mencionada, no parágrafo 11 os objetivos gerais do auditor são:

- *Obter garantia razoável de fiabilidade sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou erro, habilitando assim o auditor a expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras foram preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com uma estrutura conceptual de relato financeiro aplicável; e*

- *Relatar sobre as demonstrações financeiras, e comunicar conforme exigido pelas ISA, de acordo com as conclusões a que chegar.*

Em suma, no que se refere a auditoria financeira podemos, então afirmar que esta tem como objeto as asserções³ subjacentes às demonstrações financeiras e como objetivo a expressão de uma opinião, por parte de um profissional competente e independente, sobre as demonstrações financeiras. (Costa, 2014). (p.47 e ss).

Depois de definirmos o conceito de auditoria é necessário introduzir o tema do trabalho do auditor, isto é, a emissão do Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas. Este tema é desenvolvido no próximo ponto.

1.2 Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas

O trabalho final do auditor é a emissão do Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas, mas primeiramente é preciso descrever todas as etapas deste processo.

1.2.1 Planeamento

Antes de iniciar o trabalho de auditoria o auditor tem que fazer o planeamento da mesma, de modo a estabelecer uma estratégia global da auditoria a desenvolver.

Este processo passa pelo conhecimento prévio do cliente como a área de laboração, dimensão, mercados em que atua, se tem empresas participadas entre outros fatores relevantes. Nesta fase o auditor analisa as demonstrações financeiras da empresa de anos anteriores, reúne com o cliente entre outras fontes credíveis de obter informação. Obtendo todas as informações possíveis, o auditor consegue planear de forma adequada e assegurar que são analisadas com a atenção apropriada todas as áreas da empresa e identificados todos os potenciais problemas, de modo a que auditor consiga realizar o seu trabalho de forma eficiente e eficaz.

De acordo com Costa (2014):

³ Asserção – Afirmação ou asseveração, uma proposição que se adianta como verdadeira

“A obtenção do necessário conhecimento do negócio de uma empresa, apesar de ser um processo contínuo e cumulativo, obriga, numa primeira auditoria, ao dispêndio, por parte dos auditores, de um número muito significativo de horas de trabalho” (p 212) e também “o conhecimento e a compreensão do negócio da empresa permitem que os auditores determinem riscos e identifiquem problemas, planeiem e realizem a auditoria de forma eficaz e eficiente, avaliem as provas de auditoria e proporcionem um melhor serviço ao cliente.” (p.213)

Assim podemos concluir que o planeamento é uma fase fundamental para que o desempenho do auditor seja eficiente e eficaz, mas no entanto este pode sofrer alterações como refere Duarte (2010):

“No planeamento de uma auditoria deve-se sempre prever a hipótese de se fazerem ajustamentos ao longo da execução do trabalho, especialmente no caso de primeiras auditorias, tendo em conta o desconhecimento das realidades concretas por parte do auditor.” (p.21)

Já Magalhães (2010) refere-nos :

“Esta fase da auditoria requer muita sensibilidade e recurso ao julgamento profissional do auditor e é extremamente importante pois representa a base de toda a auditoria. É aqui, nesta fase, que são lançados os “pilares” para a condução de todo o trabalho que culminará com a emissão da opinião sobre se as DF estão ou não materialmente distorcidas. Assim, esta etapa é de extrema importância para ajudar o auditor a determinar a extensão, natureza e tempestividade dos procedimentos de acumulação de prova.” (p.31)

Mencionado a ISA 300 – Planear uma auditoria de Demonstrações Financeiras, publicada pelo IFAC, *“O auditor deve estabelecer uma estratégia global de auditoria que fixe o âmbito, a oportunidade e a direção da auditoria e que oriente o desenvolvimento do plano de auditoria.” (Parágrafo 7)*

O planeamento adequado favorece a auditoria de demonstrações financeiras de várias formas, nomeadamente:

- *Ajuda o auditor a dedicar atenção apropriada às áreas relevantes da auditoria;*
- *Ajuda o auditor a identificar e resolver os potenciais problemas em tempo oportuno;*

- *Ajuda o auditor a organizar e gerir devidamente o trabalho de auditoria, para que seja executado de maneira eficaz e eficiente.*
- *Ajuda a selecionar membros da equipa de trabalho com capacidade e competência apropriadas para responder aos riscos antecipados e a afetar adequadamente o trabalho aos mesmos.*
- *Facilita a orientação e supervisão dos membros da equipa de trabalho e a revisão do seu trabalho.*
- *Apoia, quando aplicável, a coordenação dos trabalhos por auditores de componentes e por peritos.” (Parágrafo 2 da ISA 300)*

Nesta fase, o auditor decide o montante de distorções que está disposto a aceitar, sem que as demonstrações financeiras deixem de apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da empresa, isto é definir a materialidade e o risco.

1.2.2 Materialidade e Risco

Torna-se fundamental referir que o auditor não analisa a totalidade das transações efetuadas pela empresa, o auditor faz testes aos procedimentos da empresa e amostras estatísticas de documentos e transações, para poder extrapolar para população e assim poder emitir com segurança razoável uma opinião sobre as demonstrações financeiras, e, puder afirmar que as mesmas não apresentam erros nem distorções materialmente relevantes.

Como cita Moreira (2014):

“Os utentes da informação financeira consideram, frequentemente, que o trabalho de auditoria é efetuado sobre todas as transações de uma entidade. No entanto, tal opinião não corresponde à realidade, uma vez que é impraticável, para qualquer auditor ou empresa de auditoria, efetuar testes a todas as transações e analisar todos os documentos. Desta forma o auditor desenvolve o seu trabalho com base em amostras de transações e documentos que sejam representativos da população, de forma a poder com uma segurança razoável emitir uma opinião sobre se as demonstrações financeiras se encontram livres de erros e distorções materialmente relevantes.” (p.13 e ss)

Entende-se por distorções materialmente relevantes, todas as distorções que sendo reconhecidas nas demonstrações financeiras podem influenciar a tomada de decisão por parte dos *stakeholders*.

Nesta perspetiva é essencial, no planeamento de uma auditoria definir a materialidade a aplicar e o risco que o auditor está disposto a aceitar, pois é com base nesta que o auditor vai *estabelecer a natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos a adotar* (DRA 320 – Materialidade de Revisão / Auditoria)⁴ para obter prova suficiente e apropriada para emitir o relatório de auditoria onde apresenta a sua opinião.

O calculo da materialidade está muito vinculado á experiência e ao conhecimento especializado por parte do auditor, designado por juízo profissional, pois em nenhuma norma vem mencionada uma forma de como a materialidade deve ser calculada, apenas é referenciado que esta deve ser definida mediante o risco de auditoria.

Como é apresentado na ISA 320 – A materialidade no planeamento e na execução de uma auditoria “*O risco de auditoria é o risco de o auditor expressar uma opinião não apropriada quando as demonstrações financeiras estão materialmente distorcidas. O risco de auditoria é calculado em função dos riscos de distorção material e do risco de deteção.* (paragrafo A1)

A materialidade pode ser representada de acordo com dois aspetos: quantitativo (quantias) e qualitativos (natureza). Numa perspetiva de situação de crise, as empresas podem ter tendência em manipular os seus resultados e os valores de balanço, assim a materialidade em termos quantitativos estabelece-se de acordo com os valores apresentados nas demonstrações financeiras, ativos / rendimentos sobreavaliados ou passivos / gastos subavaliados. A materialidade em termos qualitativos pode ser ocultação de informação importante como hipoteca de um imóvel ou um processo que estava a decorrer em tribunal.

No decorrer da auditoria pode ser necessário, perante determinadas circunstancias, alterar a materialidade estabelecida no planeamento, mediante o julgamento profissional do auditor.

A ISA 320 anteriormente referida define materialidade de execução como sendo:

“A quantia ou quantias estabelecidas pelo auditor, inferiores á materialidade estabelecida para as demonstrações financeiras como um todo, com vista a reduzir para um nível apropriadamente baixo a probabilidade de as distorções não corrigidas e não detetadas agregadas excederem a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. Se

⁴ Por força da aplicação da GAT nº1 Revista publicada pela OROC em 08/Fev/2017, a DRA 320 deixou de vigorar, passando a prevalecer a informação que constem nas ISA.

aplicável, a materialidade de execução refere-se também à quantia ou quantia estabelecidas pelo auditor, inferiores ao nível ou níveis de materialidade, para classes particulares de transações, saldos de contas ou divulgações.” (parágrafo 9).

Isto é, para cada área analisada a materialidade de execução pode ser diferente mediante o risco associado a cada uma.

Por fim, avaliando e quantificando todas as distorções que o auditor detetou durante o trabalho de auditoria, estas devem ser analisadas individualmente e no seu conjunto, visto que pequenas distorções consideradas imateriais, quando analisadas como um todo podem ser consideradas materialmente relevantes.

Dando-se o caso do auditor se deparar com diversas distorções este deve diminuir o risco de auditoria e aumentar assim os procedimentos a adotar.

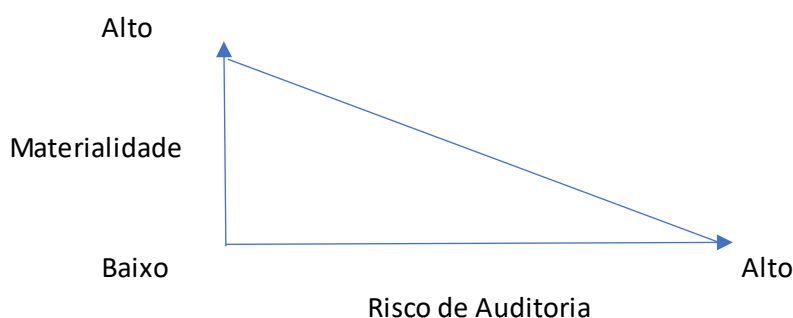


Fig 1. Relação Materialidade e Risco de Auditoria

Fonte: “Auditoria Financeira – Teoria & Prática, 10 edição, Março de 2014, Carlos Baptista da Costa p.223

Da análise do gráfico apresentado, verificamos que se o nível de materialidade for alto, o risco de auditoria é baixo. Dando o exemplo da rubrica de clientes, se o auditor pedir confirmação externa de saldos a todas as entidades, considerando que a materialidade é baixa, o risco de auditoria é alto, deste modo o auditor vai pedir a confirmação de saldos a todas as entidades de modo a reduzir o risco de auditoria. Se o auditor não pedir nenhuma confirmação de saldos de clientes, pressupondo uma materialidade alta, o risco de auditoria é baixo, mas não é inexistente.

O conceito de risco de auditoria segundo a ISA 320 é “*Risco de o auditor expressar uma opinião de auditoria inapropriada quando as demonstrações financeiras estão materialmente distorcidas*” paragrafo A1.

Citando Costa (2014):

“O risco de auditoria é uma função do risco de distorção material (isto é, o risco de que as demonstrações financeiras estejam materialmente distorcidas antes da auditoria) e do risco de deteção, ou seja, o risco de que o auditor não detete tal distorção através da realização dos seus testes e procedimentos.

O risco de distorção material compreende o risco inerente e o risco de controlo.

(...)

O risco inerente é a suscetibilidade de que uma asserção possa estar materialmente distorcida, individualmente ou quando agregada com outras distorções, antes de se tomar em consideração quaisquer controlos relacionados.

O risco de controlo é o risco de que uma distorção, que possa ocorrer numa asserção e que possa ser material, individualmente ou quando agregada com outras distorções, não seja evitada ou detetada e corrigida tempestivamente pelo controlo interno da entidade”. (p 218)

Tal como foi referido a materialidade deve ser definida mediante cada área em análise, o mesmo acontece com a definição do risco de distorção material, pois a materialidade é definida mediante o nível deste mesmo risco.

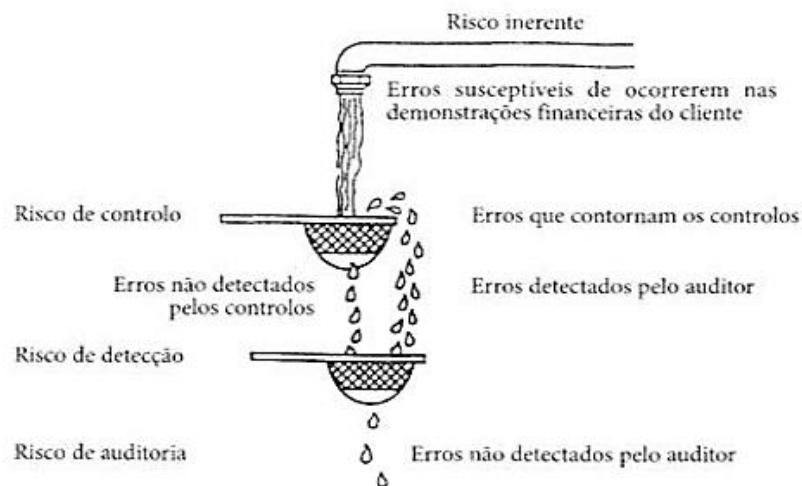


Fig 2. Funcionamento do Risco de Auditoria

Fonte: “Auditoria Financeira – Teoria & Prática, 10 edição, Março de 2014, Carlos Baptista da Costa p.219, citando Hayes et al in Principles of Auditing

Tal como a figura 2 ilustra, da torneira podem vir um conjunto de erros materiais, ou seja, a água que sai da torneira representa todas as transações da empresa.

O primeiro filtro representa o sistema de controlo interno adotado pela empresa, que idealmente irá detetar todos os erros materiais que possam influenciar as demonstrações financeiras. No entanto o sistema de controlo interno pode não detetar todos os erros, como tal surgem os erros não detetados por este controlo, após esta filtragem entra o trabalho do auditor, que será detetar estes mesmos erros, dando origem ao segundo filtro.

O segundo filtro representa os procedimentos de auditoria, onde são detetados pelo auditor os erros que escapam do primeiro filtro. Mesmo assim, pode haver distorções não detetadas pelo auditor o que nos leva ao risco de auditoria.

Tudo isto pode ser resumido na seguinte formula:

$$\mathbf{RA=RI*RC*RD}$$

Legenda:

RA: Risco de Auditoria

RI: Risco Inerente

RC: Risco de Controlo

RD: Risco de Deteção

Torna-se relevante explicar que:

“existe uma relação inversa entre o risco de deteção e o nível combinado do risco inerente e do risco de controlo. Por exemplo quando estes dois riscos são altos, os níveis aceitáveis de risco de deteção necessitam de ser baixos a fim de reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável. Por outro lado, quando os referidos dois riscos (inerente e de controlo) são baixos, um auditor pode aceitar um risco de deteção mais alto e ainda reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável.” Conforme refere Costa (2014) p.221

Em modo de conclusão podemos afirmar que o auditor tem a responsabilidade de obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais após a realização do seu trabalho e corrigidas todas as anomalias detetadas durante o processo. No entanto, torna-se essencial referir que, o auditor não pode afirmar que não existem distorções materiais nas demonstrações financeiras, pois as mesmas podem não ser detetadas pelos testes e amostras realizadas. É o caso de o auditor não detetar distorções que possam ter sido originadas por fraude. O risco de não detetar distorções resultantes de fraude é maior do que o risco de não detetar distorções resultantes de erros, uma vez que a fraude é feita de forma planeada e com mecanismos para a sua ocultação.

Quando o auditor se encontra num destes cenários que impliquem a distorção material das demonstrações financeiras, este deve executar procedimentos adicionais e comunicar tais factos à administração da empresa.

Em alguns casos o auditor pode emitir um Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas com a sua opinião modificada por estes erros / omissões alterarem a imagem apropriada das demonstrações financeiras.

No próximo ponto abordamos os tipos de Relatórios de Auditoria / Certificações Legal das Contas.

1.2.3 Tipos de Relatórios de Auditoria / Certificação Legal das Contas

O trabalho de auditoria do exercício económico em análise termina quando o Revisor Oficial de Contas emite a sua opinião sobre as demonstrações financeiras de uma entidade e se estas apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da mesma.

A Opinião sobre as demonstrações financeiras é expressada através da emissão do Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas, como é referido na ISA 700 (Revista) – Formar uma Opinião e Relatar sobre Demonstrações Financeiras, paragrafo 6, “*Os Objetivos do auditor são:*

- *Formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras baseadas numa avaliação das conclusões extraídas da prova de auditoria obtida; e*
- *Expressar claramente essa opinião através de um relatório escrito.”*

Os atuais modelos de Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas aplicadas em Portugal estão previstos na GAT 1 (Revista) publicada pela OROC em 8 de fevereiro de 2017, tendo sofrido pequenas alterações com a publicação da circular 36/21 de 01 de março de 2021, emitida pela OROC.

No anexo 1 é apresentado o atual modelo de Certificação Legal das Contas aplicável para as entidades que não são Entidades de Interesse Público e as possíveis alterações aos modelos de Certificação Legal das Contas / Relatório de Auditoria quando a opinião é modificada.

O atual modelo é composto pela: opinião, bases para a opinião, incerteza material relacionada com a continuidade (se aplicável), matérias relevantes de auditoria, responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeira, responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras e um último paragrafo sobre o relatório de gestão.

Os modelos de CLC que o Revisor pode emitir são:

- CLC com opinião sem reservas;
- CLC com opinião sem reservas mas com ênfases;
- CLC com opinião com reservas, por limitação do âmbito e/ou por desacordo;
- CLC com escusa de opinião;
- CLC com opinião adversa.

Pode ainda ocorrer situações em que o Revisor tenha de emitir uma declaração de impossibilidade de CLC, o que é raro acontecer pois tem que ser perante uma situação bastante específica.

Desta forma, quando estamos perante uma situação em que não existe situações que levem à modificação do Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas, estamos perante uma **Opinião sem Reservas**. Ver esquema anexo 2⁵

Podemos ainda estar perante uma situação que não afete a Opinião do Revisor mas que as mesmas afetem as demonstrações financeiras, como por exemplo alterações de políticas contabilísticas ou derrogações excecionais de normativos contabilísticos, dão origem a uma **Opinião sem Reservas mas com Ênfases**. Ver esquema anexo 3⁶

Por último podemos ter situações que afetem a Opinião do Revisor, sendo estas por limitação do âmbito ou por desacordo com os Órgãos de Gestão, uma **Opinião com Reservas**. Ver esquemas anexo 4⁷ e 5

De acordo com a ISA 705 – Modificações à Opinião no Relatório do Auditor Independente, *”O auditor deve expressar uma opinião com reservas quando:*

- *Tendo obtido prova de auditoria suficiente e apropriada, concluir que as distorções, individualmente ou em agregado, são materiais, mas não profundas, para as demonstrações financeiras; ou*
- *Não for capaz de obter prova de auditoria suficiente e apropriada para basear a sua opinião, mas concluir que os possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras das distorções por detetar, se existirem, podem ser materiais mas não profundos.*

O auditor deve expressar uma opinião adversa quando, tendo obtido prova de auditoria suficiente e apropriada, concluir que as distorções, individualmente ou em agregado, são não só materiais como profundas para as demonstrações financeiras.

O auditor deve emitir uma escusa de opinião quando não for capaz de obter prova de auditoria suficiente e apropriada para basear a sua opinião e

⁵ Adaptado da DRA 700 – Relatório de revisão / Auditoria, já não se encontra em vigor por força da publicação da GAT 1 (revista) publicada pela OROC em 08/Fev/2017, mas o esquema apresentado enquadra-se no estudo em curso.

⁶ Adaptado da DRA 700 – Relatório de revisão / Auditoria, já não se encontra em vigor por força da publicação da GAT 1 (revista) publicada pela OROC em 08/Fev/2017, mas o esquema apresentado enquadra-se no estudo em curso.

⁷ publicação da GAT 1 (revista) publicada pela OROC em 08/Fev/2017, mas o esquema apresentado enquadra-se no estudo em curso.

concluir que os possíveis efeitos das distorções por detetar, se existirem, podem ser não só materiais como profundos.

O auditor deve emitir uma escusa de opinião quando, em circunstâncias extremamente raras que envolvem múltiplas incertezas, concluir que, não obstante ter obtido prova de auditoria suficiente e apropriada respeitante a cada uma das incertezas individuais, não é possível formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras devido à potencial interação entre essas incertezas e ao seu possível efeito acumulado nas demonstrações financeiras.”

parágrafos 7 a 10 da ISA 705.

As situações que conduzem a que o auditor tenha uma opinião com reservas podem ter origem em diversos fatores, sendo eles:

- Incertezas fundamentais, por exemplo o desfecho de um litígio importante;
- Limitações do âmbito, por exemplo o Órgão de Gestão impedir o auditor de fazer inspeção física de inventários;
- Desacordo, por exemplo aplicação de forma errada de políticas contabilísticas.

Nos dias de hoje, deparamo-nos com o aparecimento de uma possível crise económica, fruto da pandemia mundial provocada pela covid-19, os auditores tem algumas dificuldades em avaliar a credibilidade apresentada nas demonstrações financeiras, como por exemplo, avaliar a capacidade de recebimento da totalidade do saldo de clientes ou até mesmo o pressuposto da continuidade, pois são situações que podem tornar-se de difícil avaliação, não deixando de mencionar que quando as empresas enfrentam situações de crise económica podem ser aliciadas em cometer alguma fraude e esta não ser detetada pelo auditor.

Abordamos o tema da Crise Económica e Financeiras no próximo ponto.

1.3 Crise Económica e Financeira

O conceito de crise financeira varia de acordo com os diferentes autores e com as suas teorias, sendo as mais populares a teoria da fragilidade financeira, a visão monetarista e a teoria das corridas bancárias.

Segundo Kindleberger (2002) citado por Carvalho (2013):

“As crises financeiras estão intimamente associadas aos períodos cíclicos da economia. Uma crise financeira ocorre quando se observa uma mudança súbita no panorama económico. Novas oportunidades de lucros emergem, ao mesmo tempo que o risco em torno dessas operações também se eleva. O desequilíbrio entre essas duas forças – de ganhos e de perdas – faz instaurar as crises financeiras.” p.12.

O mesmo autor ainda enumera alguns sinais suscetíveis de uma crise financeira, tais como a falência de um banco ou de uma empresa prestigiosa, a revelação de um desfalque, de uma fraude ou a quebra de preços de um bem sujeito a especulação.

Outro autor citado por Carvalho (2013) é Quelhas (2012) que diz “ *O conceito de crise financeira é, por excelência, um conceito inacabado, onde ponderam múltiplos elementos constitutivos, nomeadamente da natureza bancária, monetária e cambial, que obstam à delimitação das suas fronteiras.* ”

Assim sendo e fazendo uma breve referência às crises financeiras que nas ultimas décadas, têm maior destaque o Crash bolsista de Outubro de 1987, a crise Asiática de 1997, a crise Russa de 1998, a crise Argentina de 2001 e a crise do Subprime 2008.

O Crash bolsista de Outubro de 1987, ocorreu na bolsa Americana, com a eliminação de benefícios fiscais para algumas empresas, estas desvalorizaram e com elas desvalorizou também a própria moeda americana e a taxa de juro aumentou. Esta crise não abalou só a América, também teve repercussões na Europa, Japão e Brasil, foi o primeiro sinal do rápido contágio de uma crise num mercado financeiro global.

A Crise Asiática de 1997, teve início com a desvalorização da moeda tailandesa face ao dólar, o que resultou em menor número de exportações, e fuga dos capitais dos investidores para o exterior, em resultado da economia global, os países vizinhos como Malásia, Filipinas, Indonésia e Coreia do Sul, também sofreram com esta crise económica.

A Crise Russa de 1998, teve início com os efeitos alastrados pela crise asiática já referida, a moeda russa, o rublo, desvalorizou. Iniciando assim uma profunda crise económica, com repercussões como altas taxas de endividamento, desemprego, inflação e baixos índices de crescimento económico. A Rússia já tinha vindo a sofrer quedas na sua economia pois o

preço do petróleo, gás natural, minerais e produtos agrícolas já vinha a descer gradualmente.

A crise Russa e a crise Asiática, vieram trazer algumas lições importantes para os países emergentes. Devendo destacar-se a necessidade de diminuir o endividamento exagerado, melhorar os mecanismos nacionais de condução dos setores financeiro e empresarial e a importância da existência de uma forte regulamentação.

A Crise Argentina teve início em 2001, quando se verificou uma forte instabilidade nos mercados financeiros, com isto veio a desvalorização da moeda e a incapacidade de liquidar a dívida externa. Iniciou-se uma corrida aos levantamentos de dinheiro depositados nas instituições bancárias do País, o que fez com que o governo adotasse medidas em sentido contrário limitando assim os montantes que podiam ser levantados, o País teve necessidade de pedir ajuda externa ao FMI.

A Crise do subprime teve início em 2008. Esta foi a maior crise financeira da história do capitalismo desde a grande depressão de 1929 que causou grandes prejuízos na economia mundial.

A crise do subprime teve origem no colapso da bolha do mercado imobiliário americano, pois os bancos concediam crédito bancário e potencializado pelo uso de novos instrumentos financeiros, que não tinham valor no mercado. Em poucos meses esta crise afetava o mundo inteiro. A falência do Banco de Investimento Lehman Brothers acontece poucos meses depois, o que foi o derradeiro acontecimento para a maior crise financeira que temos memória acontecer, pois os mercados tremeram quando o governo americano não promoveu a reestruturação do banco, deixando que este declara-se falência. As restantes instituições financeiras ficaram afetadas com a ideia de não terem apoio da autoridade monetária norte americana e com o rebentar da bolha imobiliária.

Neste cenário as instituições financeiras passaram a dar preferência á liquidez, isto é, ao dinheiro imediato, ao invés dos bens imóveis que desta forma rapidamente perderam o seu valor comercial. Assim com a procura de liquidez por parte destas instituições, os ativos foram postos á venda em grande escala, o que disputou uma deflação de ativos⁸. Estas medidas fizeram com que houvesse menor procura ao crédito bancário, originando assim,

⁸ Queda súbita e violenta dos preços dos ativos financeiros.

uma rápida e profunda queda da produção industrial, alastrando-se rapidamente por todo o globo.

Esta crise afetou todos os países, mas como é sabido os países que mais foram afetados foram os países da Europa do Sul como a Grécia, Espanha e Portugal que tiveram de socorrer á ajuda financeira do FMI, que resultou num elevado corte de despesas públicas. O anúncio do corte de despesas por parte dos países da União Europeia, causou uma expectativa negativa nos mercados financeiros quanto a recuperação das economias dos países europeus.

Atualmente o mundo está a sofrer uma crise diferente, esta possível crise financeira tem origem numa pandemia. Ou seja, não teve origem na desvalorização da moeda de um determinado país ou em perda de valor de bens imóveis ou investimentos financeiros. A atual crise surgiu através de um vírus que causou e continua a causar graves problemas de saúde pública, e assim afeta a economia.

Alguns especialistas de saúde pública já previam que uma pandemia pudesse vir a desabar sobre a nossa sociedade, mas mesmo assim nenhuma economia estava preparada para minimizar ao máximo os danos que pudessem surgir, nem os sistemas de saúde dos diversos países preparados para combater uma crise de saúde pública como a que vivemos atualmente.

No final de 2019 na China e no início de 2020 no resto do mundo tivemos a notícia que um vírus altamente transmissível que afeta o sistema respiratório, designado Sars-cov-2, iria parar toda a economia, e levar as pessoas para casa para minimizar o número de contágios e o número de mortos.

Ainda não é possível quantificar o impacto desta crise a nível nacional nem a nível mundial, nem sequer é possível prever quando esta crise irá acabar. Também não é possível quantificar o número de prejuízos causados, encerramento de empresas, desemprego, crédito mal parado, entre outros fatores, igualmente é improvável sabermos como vai reagir a economia quando o mundo puder começar a voltar á “normalidade” á medida que as pessoas forem vacinadas contra a Covid – 19.

É neste cenário de incerteza que o auditor faz o seu trabalho de auditoria e emite a sua opinião.

E com base nesta premissa que avançamos na execução deste estudo.

1.4 Síntese das questões de investigação

No decorrer da elaboração da revisão da literatura foram abordadas algumas temáticas essenciais, sobre as quais foram referenciados os aspetos mais importantes de cada uma, e neste ponto é necessário sintetizar as questões de investigação que foram surgindo.

Capítulo	Questões de investigação	Autor
I.1	Questão 1 - A Auditoria acrescenta valor e confiança aos destinatários das DFs?	ISA 200
I.1	Questão 2 - Consegue o Auditor, profissional competente e independente, expressar uma opinião através da análise das asserções subjacentes às DFs?	Costa 2014
I.1	Questão 3 - Os Auditores conseguem obter uma garantia razoável de que as DFs estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro?	ISA 200
I.2	Questão 4 - O conhecimento da área do negócio por parte do Auditor faz com que este identifique melhor os riscos e os problemas da empresa?	Costa 2014
I.2	Questão 5 - No planeamento é fundamental que o Auditor recorra ao julgamento profissional?	Magalhães 2010
I.2	Questão 6 - Consegue o Auditor com base em amostras emitir a sua opinião sobre a totalidade das transações da entidade?	Moreira 2014
I.2	Questão 7 - Consegue o Auditor eliminar o risco de auditoria?	ISA 320

Capítulo	Questões de investigação	Autor
I.2	Questão 8 - Como definir a materialidade de forma a que as DFs não contenham erros ou distorções materialmente relevantes?	ISA 320
I.2	Questão 9 - Consegue o Auditor eliminar o risco de distorção material e o risco de deteção?	Costa 2014
I.2	Questão 10 - Qual a opinião a expressar após a análise da prova de auditoria recolhida?	ISA 700
I.2	Questão 11 - Em que situação o Auditor vê a sua opinião ser alterada?	ISA 705
I.2	Questão 12 - Consegue o controlo interno adotado pela empresa eliminar os erros materialmente relevantes?	Costa 2014, Hayes et al
I.2	Questão 13 - Será o controlo interno adotado pela empresa o indicado?	Costa 2014, Hayes et al
I.2	Questão 14 - Qual a avaliação que o auditor faz do controlo interno da empresa de modo a definir quais os procedimentos a adotar?	Costa 2014, Hayes et al
I.3	Questão 15 - Será a mudança do panorama económico atual um cenário de crise financeira?	Carvalho 2013, Kindleberg 2002
I.3	Questão 16 - Como deve atuar o auditor no atual cenário de crise económica?	Autoria Própria

Tabela 1: Questões de Investigação

Neste ponto, é relevante definir qual a metodologia a seguir, fazendo a ligação entre as questões de investigação que surgiram durante a revisão da literatura com as hipóteses de investigação a estudar, sendo apresentadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO II – [METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO]

2 Metodologia de Investigação

2.1 Fundamentação da opção metodológica

Conforme cita Ferraz (2016) p.26, Quivy e Campenhoudt (1995):

“No início de uma investigação ou de um trabalho, o cenário é quase sempre idêntico. Sabemos vagamente que queremos estudar tal ou tal problema (...) mas não sabemos muito bem como abordar a questão. (...) Este caos original não deve ser motivo de inquietação, pelo contrário, é a marca de um espírito que não se alimenta de simplismos e de certezas estabelecidas” p.20.

A chave para o sucesso de qualquer investigação é a metodologia adotada, pois como refere Pinheiro (2013), *“Em qualquer trabalho de investigação a metodologia é uma fase essencial e insubstituível, sendo considerada como a disciplina instrumental que cria as condições propícias para que uma pesquisa se considere científica.”* pois é nesta fase que se define e descreve quais os métodos e procedimentos que vão ser aplicados no decorrer da investigação p.39.

Segundo Fortin (1999) esta é uma fase crucial, pois é nela que:

“assegura a fiabilidade e a qualidade dos resultados da investigação” e “é necessário escolher um desenho apropriado segundo se trata de explorar, de descrever um fenómeno, de examinar associações e diferenças ou de verificar hipóteses” acrescenta ainda *“ o estilo da pesquisa adotado e os métodos de recolha de informação selecionados dependem da natureza do estudo e do tipo de informação que se pretende obter. Assim após uma consulta estruturada e aprofundada sobre as principais características dos diversos tipos de pesquisa, a natureza do estudo e o tipo de informação que pretendemos obter, definimos o nosso estudo” p.102.*

Refere Gil (2008) *“ esses métodos têm por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão. (...) Mais especificamente, visam fornecer a orientação necessária à realização da pesquisa, sobretudo no referente à obtenção, processamento e validação dos dados pertinentes à problemática que está a ser investigada.”*, p.15

Este mesmo autor ainda menciona “ *A pesquisa, tanto por seus objetivos, quanto pelos procedimentos que envolvem, são muito diferentes entre si. Por essa razão torna-se impossível apresentar um esquema que indique todos os passos do processo de pesquisa (...) até ao momento não foi possível definir um modelo que apresente, de forma absolutamente precisa e sistemática, os passos a serem observados no processo de pesquisa*” p.31.

De um modo geral as pesquisas podem ser classificadas em:

Pesquisa quantitativa: utiliza a quantificação, tanto na recolha de dados quanto no tratamento das informações, através de técnicas estatísticas, procurando evitar possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança;

Pesquisa qualitativa: descreve a complexidade do problema, através da compreensão e classificação dos processos dinâmicos vividos nos grupos, possibilitando deste modo, a compreensão das mais diferentes particularidades dos indivíduos.

A presente investigação tem como principal objetivo e metodologia uma pesquisa quantitativa direcionada para o comportamento do auditor num cenário de crise e quais as estratégias a adotar durante a execução do trabalho de auditoria, através de um questionário, de modo a formular hipóteses e testar as mesmas.

2.2 Hipóteses de estudo e a sua formulação

Citando Gil (2008) que por sua vez cita Goode e Hatt uma hipótese “*é uma proposição que pode ser colocada á prova para determinar a sua validade*”, concluindo Gil que “*neste sentido, hipótese é uma suposta resposta ao problema a ser investigado. É uma proposição que se forma e que será aceite ou rejeitada somente depois de devidamente testada*” p.41.

Assim, podemos concluir que uma hipótese é uma formulação prévia de uma possível solução de um problema a ser testado, demonstrando ou verificando que a suposição em estudo se torna viável ou não.

Deste modo, reconheceremos as seguintes hipóteses a testar em virtude das questões de investigação originadas a partir da Revisão da Literatura.

Questões de investigação	Hipóteses de investigação
Questão 1 - A Auditoria acrescenta valor e confiança aos destinatários das DFs? (ISA 200)	Hipótese 1 - A Auditoria relaciona-se com a credibilidade da Empresa através das suas Demonstrações Financieras
Questão 2 - Consegue o Auditor, profissional competente e independente, expressar uma opinião através da análise das asserções subjacentes às DFs? (Costa 2014)	
Questão 3 - Os Auditores conseguem obter uma garantia razoável de que as DFs estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro? (ISA 200)	Hipótese 2 - O trabalho do Auditor é multidisciplinar procurando minimizar o risco
Questão 4 - O conhecimento da área do negócio por parte do Auditor faz com que este identifique melhor os riscos e os problemas da empresa? (Costa 2014)	
Questão 5 - No planeamento é fundamental que o Auditor recorra ao julgamento profissional? (Magalhães 2010)	
Questão 6 - Consegue o Auditor com base em amostras emitir a sua opinião sobre a totalidade das transações da entidade? (Moreira 2014)	
Questão 7 - Consegue o Auditor eliminar o risco de auditoria? (ISA 320)	
Questão 8 - Como definir a materialidade de forma a que as DFs não contenham erros ou distorções materialmente relevantes? (ISA 320)	
Questão 9 - Consegue o Auditor eliminar o risco de distorção material e o risco de deteção? (Costa 2014)	
Questão 10 - Qual a opinião a expressar após a análise da prova de auditoria recolhida? (ISA 700)	
Questão 11 - Em que situação o Auditor vê a sua opinião ser alterada? (ISA 705)	

Questões de investigação	Hipóteses de investigação
Questão 12 - Consegue o Controlo Interno adotado pela Empresa eliminar os erros materialmente relevantes? (Costa 2014, Hayes et al)	Hipótese 3 - Um bom Controlo Interno pode garantir a eficiência de uma Auditoria Financeira
Questão 13 - Será o Controlo Interno adotado pela empresa o indicado? (Costa 2014, Hayes et al)	
Questão 14 - Qual a avaliação que o Auditor faz do Controlo Interno da Empresa de modo a definir quais os procedimentos a adotar? (Costa 2014, Hayes et al)	
Questão 15 - Será a mudança do panorama económico atual um cenário de Crise Financeira? (Carvalho 2013, Kindleberg 2002)	Hipótese 4 - A situação de Crise pode potenciar soluções alternativas eficazes
Questão 16 - Como deve atuar o Auditor no atual cenário de Crise Financeira? (Autoria Própria)	

Tabela 2: Relação entre Questões e Hipótese de Investigação

Hipótese 1

De acordo com a ISA 200, “*A finalidade de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos destinatários das Demonstrações Financeiras*”. Neste sentido, Costa (2014) afirma que “*A auditoria financeira tem como objeto as asserções subjacentes às Demonstrações Financeiras e como objetivo expressão de uma opinião, por parte de um profissional competente e independente, sobre as Demonstrações Financeiras*”.

Hipótese 1: A Auditoria relaciona-se com a credibilidade da empresa através das suas Demonstrações Financeiras.

Hipótese 2

Segundo a ISA 200 um dos objetivos gerais do Auditor é garantir a fiabilidade sobre as Demonstrações Financeiras como um todo, estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro.

Desta forma Costa (2014) refere que “*o conhecimento e a compreensão do negócio da empresa permitem que os Auditores determinem riscos e identifiquem problemas, planeiem e realizem a auditoria de forma eficiente e eficaz*”.

Segundo Magalhães (2010) o recurso ao julgamento profissional do Auditor é extremamente importante para o sucesso de uma auditoria.

De acordo com Moreira (2014), o auditor tem de recorrer a processos de amostragem de documentos e transações que sejam representativos da população para conseguir segurança razoável e assim diminuir o risco de auditoria.

Hipótese 2: O trabalho do Auditor é multidisciplinar procurando minimizar o risco.

Hipótese 3

De acordo com Costa 2014 e Hayes et al, o controlo interno e uma entidade evita que existam distorções materiais nas transações da entidade.

Hipótese 3: Um bom Controlo Interno pode garantir a eficiência de uma Auditoria Financeira.

Hipótese 4

De acordo com Kindleberger (2002) *“uma crise económica ocorre quando se observa uma mudança súbita no panorama económico”*.

Atualmente vivemos uma crise de saúde mundial sem precedentes que está a afetar a economia.

Hipótese 4: A situação de Crise pode potenciar soluções alternativas eficazes.

2.3 Modelo de análise

A articulação das hipóteses de investigação originou o seguinte modelo de análise:

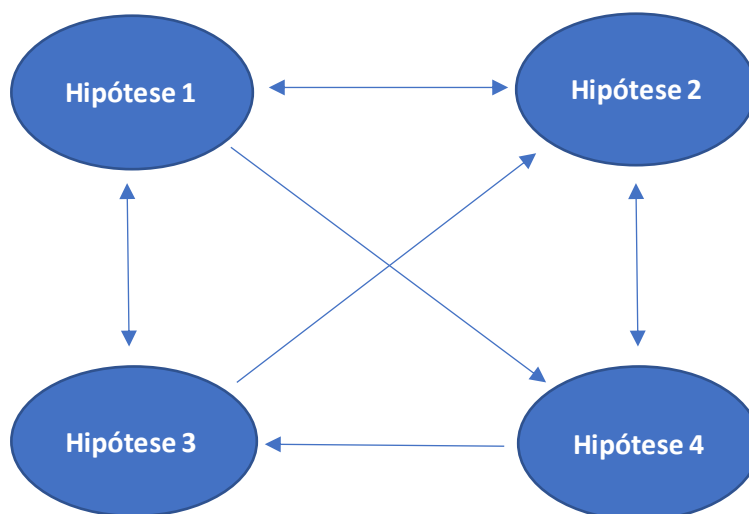


Fig. 3 – Modelo de Análise

A figura nº 3 apresenta a relação entre as hipóteses de investigação que surgiram neste estudo. Esta interligação verifica-se porque a ideia base que originou este estudo teve o foco no comportamento do auditor perante a atual situação económica. Assim na Hipótese 1 é abordada a importância da auditoria na credibilidade das demonstrações financeiras. Na Hipótese 2 é descrito todo o processo de auditoria dando maior relevância a determinadas etapas. A Hipótese 3 relata o controlo interno que intervém na forma como o auditor realiza a sua auditoria. Por fim na Hipótese 4 equaciona-se os potenciais impactos que uma crise financeira podem causar nas demonstrações financeiras de uma empresa.

Tendo em conta a interligação das quatro hipóteses, podemos considerar que todas tem a mesma relevância, sendo atribuído o peso de 25% a cada uma delas.

A relação entre as várias hipóteses é obtida essencialmente pela busca de respostas pela experiência dos Auditores (neste caso dos ROCs) no atual cenário de crise financeira causado pela pandemia de COVID-19.

2.4 Instrumento de recolha de dados

Segundo Gil (2008) a técnica de recolha de dados através de questionário consiste na:

“técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc.” p.121. O mesmo autor ainda refere que “construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa. ”.

Na elaboração deste estudo, escolhi o método de recolha de dados através de questionários, técnica muito utilizada no domínio da investigação aplicada, nomeadamente na área social.

Esta técnica é a mais adequada pois fará com que sejam compreendidos os fenómenos, as opiniões, tomada de decisão e comportamentos que o Auditor / Revisor Oficial de Contas toma perante o cenário da atual crise pandémica que vivemos. A utilização de recolha de dados através de questionário permite abranger um número elevado de pessoas, neste caso os Revisores Oficiais de Contas, permitindo o anonimato, recolha de dados num curto período de tempo e flexibilidade de resposta no horário do inquirido.

2.4.1 Elaboração do Questionário


O recurso à técnica de recolha de dados através de questionário, como referido no ponto anterior, possibilita o acesso mais célere aos resultados. Uma vez que o estudo a desenvolver tem por base a opinião a emitir no Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas, a amostra deste estudo é composta pelos Revisores Oficiais de Contas, por serem estes os profissionais habilitados a assinar estes documentos.

Os questionários foram elaborados numa base de escolha múltipla e resposta de 1 entre 4 opções, sendo a resposta obrigatória, com exceção de uma questão, devido ao número de anos de experiência do Revisor Oficial de Contas.

O questionário é constituído por questões de fácil entendimento, precisas no objetivo do estudo em análise. Não foram realizadas questões de identificação pessoal para que os inquiridos não se sintam inibidos nas suas respostas. O questionário realizado encontra-se no apêndice 1 deste trabalho.

2.4.2 Relação das Hipóteses de Investigação vs Questões de Investigação vs Questões do Questionário

Neste ponto é apresentado a relação entre as hipóteses de investigação, as questões de investigação e as questões do questionário realizado de modo a facilitar a relação entre a parte mais teórica do trabalho (revisão da literatura) com a parte prática (questionário).




Hipótese 1	A Auditoria relaciona-se com a credibilidade da Empresa através das suas Demonstrações Financeiras
Questões de Investigação	<p>Q.1 - A Auditoria acrescenta valor e confiança aos destinatários das DFs?</p> <p>Q.2 - Consegue o Auditor, profissional competente e independente, expressar uma opinião através da análise das asserções subjacentes às DFs?</p>
Questões do Questionário	<p>Q.5 - Tem confiança na informação que consta nas Demonstrações Financeiras da entidade auditada representa de forma verdadeira e apropriada a sua situação financeira?</p> <p>Q.6 - Teve dificuldade em expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras da entidade, podendo garantir com razoável fiabilidade que estas estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro?</p> <p>Q.10 - Perante o atual cenário de crise provocada pela Covid-19, os Relatórios de Auditoria / Certificação Legal de Contas emitidas, tiveram mais ênfases?</p> <p>Q.11 - Perante o atual cenário de crise provocada pela Covid-19, os Relatórios de Auditoria / Certificação Legal de Contas emitidas, tiveram mais reservas?</p> <p>Q.12 - Perante o atual cenário de crise provocada pela Covid-19, sentiu maior dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das entidades auditadas?</p> <p>Q.13 - Na anterior crise (crise financeira de 2008 em diante) sentiu maior dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das empresas auditadas?</p> <p>Q.14 - Consegue o Auditor, profissional competente e independente, expressar uma opinião através da análise das asserções subjacentes às Demonstrações Financeiras?</p>

Tabela 3: Relação entre a hipótese 1 e as questões de investigação vs questões do questionário


Hipótese 2	O trabalho do Auditor é multidisciplinar procurando minimizar o risco
Questões de Investigação	<p>Q.3 - Os Auditores conseguem obter uma garantia razoável de que as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materiais devido a Fraude ou Erro?</p> <p>Q.4 - O conhecimento da área do negócio por parte do Auditor faz com que este identifique melhor os riscos e os problemas da Empresa?</p> <p>Q.5 - No planeamento é fundamental que o Auditor recorra ao julgamento profissional?</p> <p>Q.6 - Consegue o Auditor com base em amostras emitir a sua opinião sobre a totalidade das transações da entidade?</p> <p>Q.7 - Consegue o Auditor eliminar o risco de auditoria?</p> <p>Q.8 - Como definir a materialidade de forma a que as Demonstrações Financeiras não contenham erros ou distorções materialmente relevantes?</p> <p>Q.9 - Consegue o Auditor eliminar o risco de distorção material e o risco de deteção?</p> <p>Q.10 - Qual a opinião a expressar após a análise da prova de auditoria recolhida?</p> <p>Q.11 - Em que situação o Auditor vê a sua opinião ser alterada?</p>
Questões do Questionário	<p>Q.2 - A atual crise provocada pela Covid-19, alterou o planeamento do trabalho de auditoria?</p> <p>Q.3 - A atual crise provocada pela Covid-19, alterou o calculo da materialidade?</p> <p>Q.6 - Teve dificuldade em expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras da entidade, podendo garantir com razoável fiabilidade que estas estão isentas de distorções materiais devidoa fraude ou erro?</p> <p>Q.7 - O conhecimento do negócio dos clientes é importante para o planeamento identificando os problemas e determinação dos riscos de auditoria (risco do auditor expressar uma opinião de auditoria inapropriada quando as Demonstrações Financeiras estão materialmente distorcidas)?</p> <p>Q.8 - Na sua opinião, o julgamento profissional do auditor é fundamental para o trabalho de auditoria?</p> <p>Q.9 - Na sua opinião, com a atual crise provocada pela covid-19, teve necessidade de fazer mais testes aos procedimentos e análise documental (auemento do número de amostras)?</p> <p>Q.12 - Perante o atual cenário de crise provocada pela Covid-19, sentiu maior dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das entidades auditadas?</p> <p>Q.13 - Na anterior crise (crise financeira de 2008 em diante) sentiu maior dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das empresas auditadas?</p> <p>Q.14 - Consegue o Auditor, profissional competente e independente, expressar uma opinião através da análise das asserções subjacentes às Demonstrações Financeiras?</p>

Tabela 4: Relação entre a hipótese 2 e as questões de investigação vs questões do questionário



Hipótese 3	Um bom Controlo Interno pode garantir a eficiência de uma Auditoria Financeira
Questões de Investigação	<p>Q.12 - Consegue o Controlo Interno adotado pela Empresa eliminar os erros materialmente relevantes?</p> <p>Q.13 - Será o Controlo Interno adotado pela empresa o indicado?</p> <p>Q.14 - Qual a avaliação que o Auditor faz do Controlo Interno da Empresa de modo a definir quais os procedimentos a adotar?</p>
Questões do Questionário	<p>Q.15 - Um bom sistema de Controlo Interno por parte da entidade auditada trás mais segurança na execução do trabalho de auditoria?</p> <p>Q.16 - Na sua opinião, a atual crise torna o Controlo Interno das entidades mais frágil (como por exemplo os serviços estarem em teletrabalho)?</p>

Tabela 5: Relação entre a hipótese 3 e as questões de investigação vs questões do questionário



Hipótese 4	A situação de Crise pode potenciar soluções alternativas eficazes
Questões de Investigação	<p>Q.15 - Será a mudança do panorama económico atual um cenário de Crise Financeira?</p> <p>Q.16 - Como deve atuar o Auditor no atual cenário de Crise Financeira?</p>
Questões do Questionário	<p>Q.2 - A atual crise provocada pela Covid-19, alterou o planeamento do trabalho de auditoria?</p> <p>Q.4 - Sentiu por parte dos seus clientes de auditoria algum impedimento da realização do seu trabalho?</p> <p>Q.10 - Perante o atual cenário de crise provocada pela Covid-19, os Relatórios de Auditoria / Certificação Legal de Contas emitidas, tiveram mais ênfases?</p> <p>Q.11 - Perante o atual cenário de crise provocada pela Covid-19, os Relatórios de Auditoria / Certificação Legal de Contas emitidas, tiveram mais reservas?</p> <p>Q.12 - Perante o atual cenário de crise provocada pela Covid-19, sentiu maior dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das entidades auditadas?</p> <p>Q.13 - Na anterior crise (crise financeira de 2008 em diante) sentiu maior dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das empresas auditadas?</p> <p>Q.14 - Consegue o Auditor, profissional competente e independente, expressar uma opinião através da análise das asserções subjacentes às Demonstrações Financeiras?</p>

Tabela 6: Relação entre a hipótese 4 e as questões de investigação vs questões do questionário

2.4.3 População e Amostra

Considerando o estudo em questão, a população é constituída por um elevado número de elementos, sendo eles todas as pessoas que exercem trabalho de auditoria, no entanto para termos resultados mais específicos este estudo é direcionado apenas para os Revisores Oficiais de Contas, pois são eles que assinam o Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas.

Dos questionários enviados, num total de 1363, foram obtidas 251 respostas, as quais constituem a amostra do estudo que está a ser desenvolvido.

Considerando limitado o número de respostas obtidas junto dos Revisores Oficiais de Contas, não é possível considerar que se tenha obtido uma amostra considerável, o que nos conduz para um estudo de caso com base nos dados recolhidos.

2.4.4 Recolha e Organização dos Dados

A recolha de dados foi realizada através da ferramenta de criação de questionários *online* “*Google Forms*”, onde os Revisores Oficiais de Contas foram contactados via e-mail, no qual foi disponibilizado um link para acesso ao questionário. Os respetivos endereços de e-mail foram obtidos no site da OROC. Estes estiveram abertos a resposta entre Maio e Julho de 2021.

A ferramenta “*Google Forms*” permite recolher os dados de forma automática e organizar as respostas ao questionário, dando a possibilidade de a todo o momento ter acesso aos dados e ainda fornece a opção de os analisar através da visualização de gráficos por ele produzidos.

Após a recolha de dados, a fase seguinte é a fase de interpretação da informação obtida, isto é, analisar os dados tendo por base a organização e compreensão dos mesmos de forma a alcançar respostas ao problema definido na investigação. Nesta fase recorreremos a análises através de estatística descritiva e estatística inferencial, recorrendo a ferramentas de trabalho como o Excel Microsoft 365, SPSS versão 26 e os gráficos obtidos na plataforma utilizada para fazer o inquérito *Google Forms*.

3 Caso de Estudo

3.1 Apresentação e interpretação dos dados

O presente capítulo prende-se com o objetivo de expor e compreender os resultados recolhidos através do questionário realizado.

Tendo apenas obtido 251 respostas estas representam 18,4% da população sendo ela composta por 1363. Tendo em conta as dificuldades em obter respostas aos questionários que estiveram disponíveis para resposta do dia 18 de maio de 2021 a 18 de julho de 2021, considera-se que as respostas obtidas como amostra deste estudo são representativas da população.

A informação recolhida será apresentada em forma de gráficos e quadros para sua melhor interpretação. Como a informação a ser apresentada resulta dos inquéritos realizados não será apresentada nenhuma fonte.

3.1.1 Estatística descritiva

A estatística descritiva tem como objetivo a recolha, apresentação, análise e interpretação de dados numéricos, através da criação de instrumentos adequados como quadros, gráficos e indicadores numéricos, visando somente descrever e analisar um certo grupo, amostra, sem daí retirar conclusões ou inferências sobre a população da qual foi retirada a amostra.

Numa fase inicial identificam-se as características e a composição da nossa amostra, que no caso em estudo é composta por 251 respostas, isto é $n=251$.

Assim sendo a apresentação de dados através de indicadores numéricos é essencial.

Iniciamos por identificar o tipo de amostra recolhida através dos inquéritos, neste caso o tempo que exercem a profissão de Revisor Oficial de Contas.

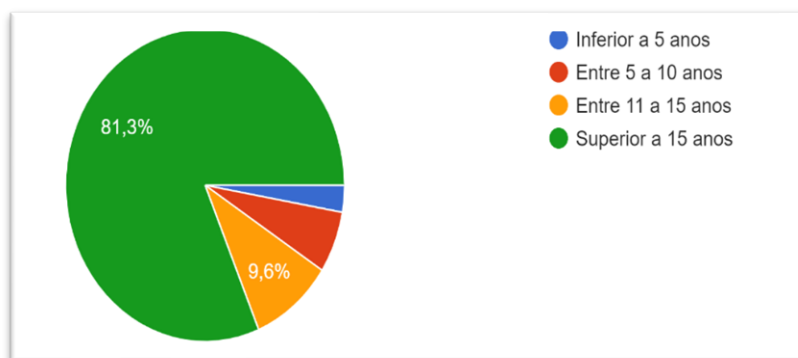


Gráfico 1: Tempo de exercício da profissão de ROC

De acordo com o gráfico 1, podemos verificar que 81,3% da amostra (n=204) exerce a profissão de ROC há mais de 15 anos, 9,6% da amostra (n=24) exerce a profissão entre 11 a 15 anos, 6,4% da amostra (n=16) exerce a profissão entre 5 a 10 anos e que apenas 2,8% da amostra (n=7) exercem a profissão há menos de 5 anos. Podemos concluir que a amostra em estudo é composta por profissionais com muitos anos de experiência.

Conhecendo os anos de experiência da amostra passamos para a análise do impacto que a COVID-19 teve no planeamento do trabalho de auditoria.

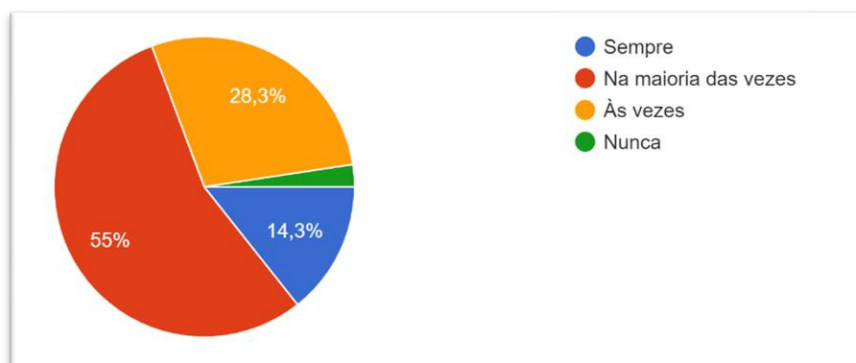


Gráfico 2 – Impacto da Covid-19 no planeamento do trabalho de auditoria

Analisando o gráfico 2, verificamos que 55% da amostra (n=138) afirmam que a Covid-19 alterou o planeamento do trabalho na maioria das vezes, 28,3% da amostra (n=71) afirmam que a Covid-19 alterou o planeamento do trabalho de auditoria apenas às vezes, 14,3% da amostra (n=36) afirmam que tiveram que alterar sempre o planeamento do trabalho de auditoria e que 2,4% da amostra (n=6) afirmam que nunca alteraram o planeamento do

trabalho de auditoria por causa da atual crise provocada pela Covid-19. Podemos concluir com base na amostra que a Covid-19 veio alterar o planeamento do trabalho de auditoria.

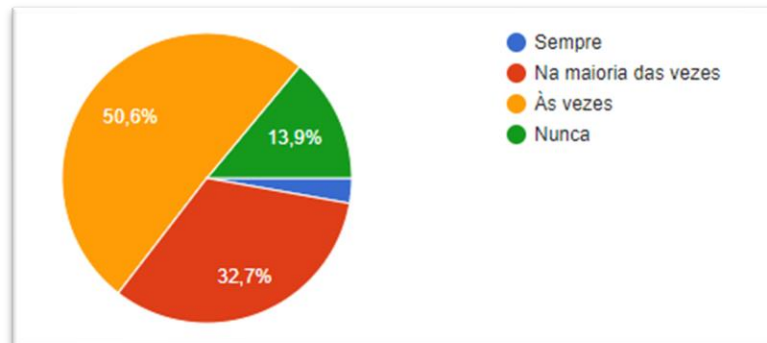


Gráfico 3 – Impacto da Covid-19 no cálculo da materialidade

Observando o gráfico 3, verificamos que 50,6% da amostra (n=127) afirmam que a Covid-19 alterou algumas vezes o calculo da materialidade, 32,7% da amostra (n=82) afirmam que a Covid-19 alterou na maioria das vezes o calculo da materialidade, 13,9% da amostra (n=35) afirmam que nunca alteraram o calculo da materialidade e que 2,8% da amostra (n=7) afirmam que alteraram sempre o calculo da materialidade por causa da atual crise provocada pela Covid-19. Podemos concluir com base na amostra que a Covid-19 é um dos fatores que leva a que os auditores alterem o calculo da materialidade.

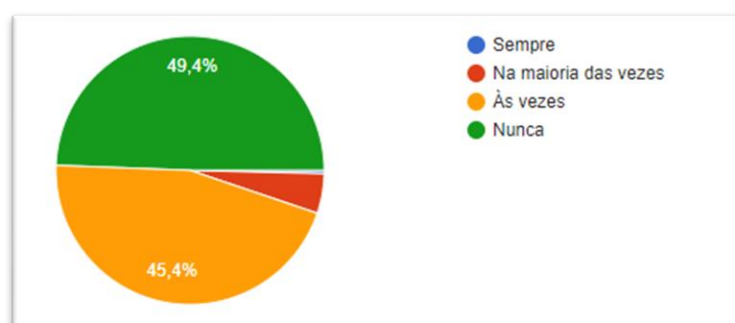


Gráfico 4 – Impedimento dos clientes para a realização do trabalho de auditoria

O gráfico 4 revela que 49,4% da amostra (n=124) os ROCs não tiveram qualquer impedimento por parte dos clientes para realizar o trabalho de auditoria, 45,4% da amostra (n=114) afirmam não sentiram nenhum impedimento, 4,8% da amostra (n=12) sentiram na maioria das vezes algum tipo de impedimento por parte dos clientes para realizar o trabalho

de auditoria e 0,4% da amostra (n=1) afirma que sentiu sempre impedimentos por parte dos clientes para realizar o trabalho de auditoria. Podemos concluir com base na amostra que os auditores continuaram a fazer o seu trabalho normalmente.

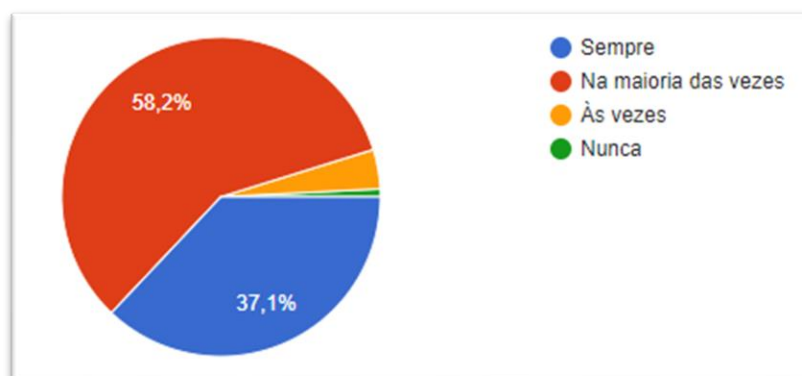


Gráfico 5 – Confiança nas DFs da entidade auditada

O gráfico 5 revela que 58,2% da amostra (n=146) dos ROCs tem, na maioria das vezes, confiança na informação que consta nas DFs e que esta representa de forma verdadeira e apropriada a real situação financeira da entidade, 37,1% da amostra (n=93) afirmam tem sempre confiança na informação presente nas DFs, 4% da amostra (n=10) às vezes sentiram confiança na informação presente nas DFs e 0,8% da amostra (n=2) afirma que nunca sentiu confiança na informação presente nas DFs. Podemos concluir com base na amostra que os Revisores de um modo geral tem confiança na informação presente nas DFs dos seus clientes.

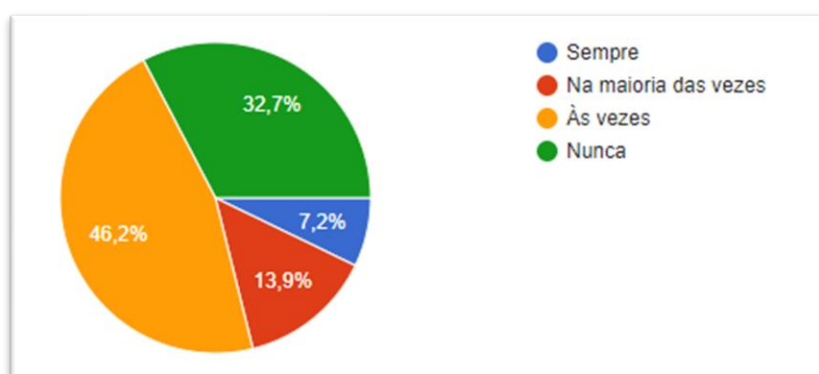


Gráfico 6 – Dificuldade em expressar uma Opinião sobre as DFs

O gráfico 6 apresenta que 46,2% da amostra (n=116) dos ROCs por vezes têm dificuldade em expressar uma opinião sobre as DFs garantindo que estas estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, 32,7% da amostra (n=82) afirmam nunca têm dificuldade em expressar uma opinião sobre as DFs, 13,9% da amostra (n=35) na maioria das vezes sentiram dificuldade em expressar uma opinião sobre as DFs e 7,2% da amostra (n=18) afirma que sentiu sempre dificuldade em expressão uma opinião sobre as DFs. Podemos concluir com base na amostra que os ROCs conseguem emitir a sua opinião com facilidade.

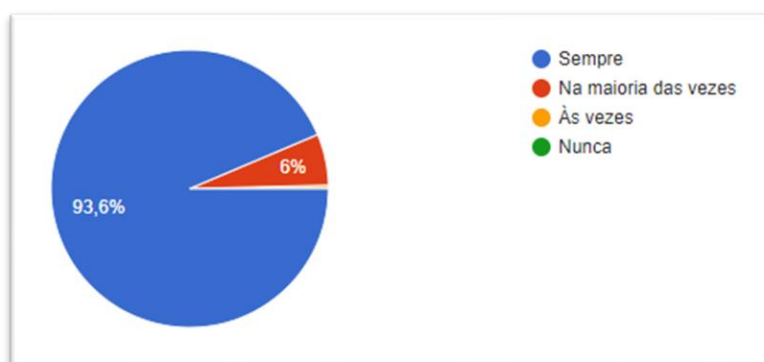


Gráfico 7 – Importância do conhecimento do negócio do cliente

O gráfico 7 apresenta que 93,6% da amostra (n=235) dos ROCs considera que o conhecimento do negócio do cliente é fundamental para o planeamento da auditoria sendo assim mais simples determinar os riscos de auditoria, 6% da amostra (n=15) afirmam que na maioria das vezes o conhecimento do negócio do cliente é fundamental para o planeamento da auditoria sendo que apenas 0,4% da amostra (n=1) refere que às vezes o conhecimento da área do negócio é fundamental para o planeamento da auditoria. Podemos assim concluir com base na amostra que o conhecimento da área de negócio dos clientes é fundamental para planear o trabalho de auditoria.

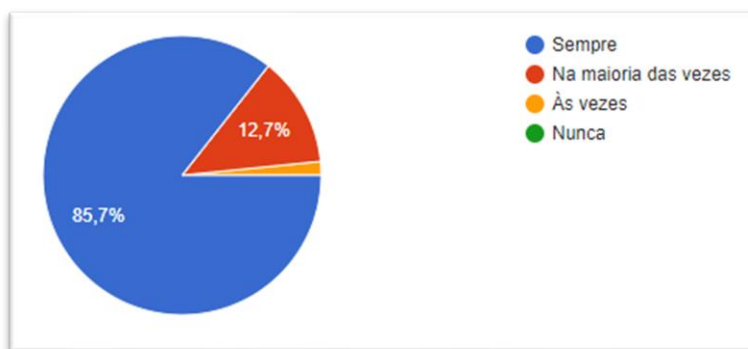


Gráfico 8 – Importância do julgamento profissional do auditor

O gráfico 8 mostra que 85,7% da amostra (n=215) dos ROCs considera que julgamento profissional do auditor é fundamental para o trabalho de auditoria, 12,7% da amostra (n=32) afirmam que na maioria das vezes o julgamento profissional do auditor é fundamental para o trabalho de auditoria sendo que apenas 1,6% da amostra (n=4) refere que às vezes o julgamento profissional do auditor é fundamental para o trabalho de auditoria. Podemos assim concluir com base na amostra que para realizar o trabalho de auditoria o julgamento profissional do auditor é essencial.

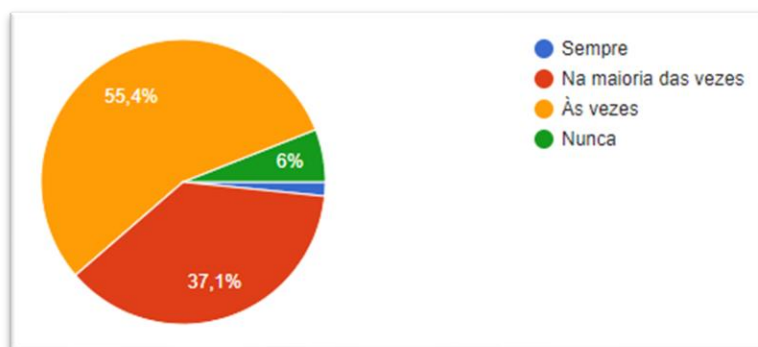


Gráfico 9 – Necessidade de aumento de testes e análise documental

O gráfico 9 expõe que 55,4% da amostra (n=139) dos ROCs tiveram a necessidade de por vezes aumentarem o número de testes aos procedimentos e á análise documental, 37,1% da amostra (n=93) afirmam que na maioria das vezes tiveram a necessidade de aumentar o número de testes aos procedimentos e á análise documental, 6% da amostra (n=15) afirmam que nunca sentiram esta necessidade de aumento de testes e 1,6% da amostra (n=4) afirma que sentiu sempre necessidade de aumentar os testes aos procedimentos e aumentar a análise documental. Podemos assim concluir com base na amostra que o auditor em

determinadas situações sentiu maior necessidade de aumentar os testes aos procedimentos e à análise de documentos.

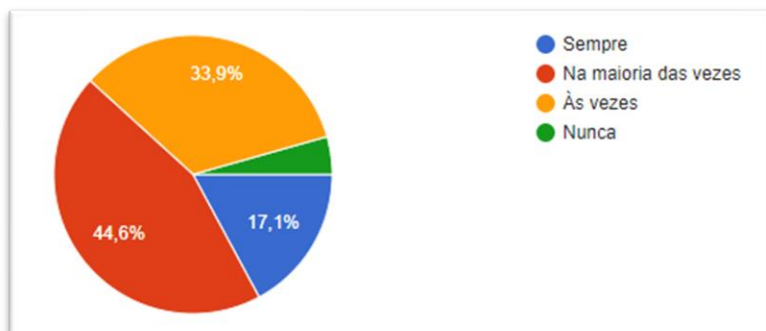


Gráfico 10 – Número de Relatórios de Auditoria / CLC com ênfases

O gráfico 10 mostra que 44,6% da amostra (n=112) dos ROCs tiveram a necessidade de na maioria das vezes emitir os Relatórios de Auditoria / Certificação Legal das Contas com mais ênfases do que antes da pandemia provocada pela Covid-19, 33,9% da amostra (n=85) afirmam que emitiram alguns Relatórios de Auditoria / Certificação Legal das Contas com mais ênfases do que antes da atual pandemia, 17,1% da amostra (n=43) afirmam na atual crise pandémica todos os Relatórios de Auditoria / Certificação Legal das Contas tiveram mais ênfases e 4,4% da amostra (n=11) afirma que a atual crise pandémica nunca aumentou o número de ênfases a constar no Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas. Podemos concluir com base na amostra que a atual crise pandémica levou a que os ROCs alterassem os seus Relatórios de Auditoria / Certificações Legal das Contas passando a ter mais ênfases.

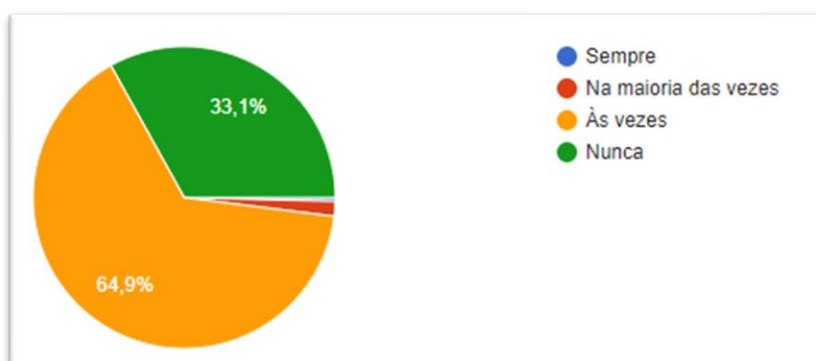


Gráfico 11 – Número de Relatórios de Auditoria / CLC com reservas

O gráfico 11 apresenta que 64,9% da amostra (n=163) dos ROCs emitiram alguns dos Relatórios de Auditoria / Certificação Legal das Contas com mais reservas do que antes da pandemia provocada pela Covid-19, 33,1% da amostra (n=83) afirmam que nunca emitiram os Relatórios de Auditoria / Certificação Legal das Contas com mais reservas do que antes da atual pandemia, 1,6% da amostra (n=4) afirmam na atual crise pandémica na maioria dos Relatórios de Auditoria / Certificação Legal das Contas foram emitidos com reservas e 0,4% da amostra (n=1) afirma que na atual crise pandémica emitiu sempre os seus Relatórios de Auditoria / Certificação Legal das Contas com mais reservas. Podemos concluir com base na amostra que a atual crise pandémica levou a que os ROCs por vezes alterassem os seus Relatórios de Auditoria / Certificações Legal das Contas passando a ter mais reservas.

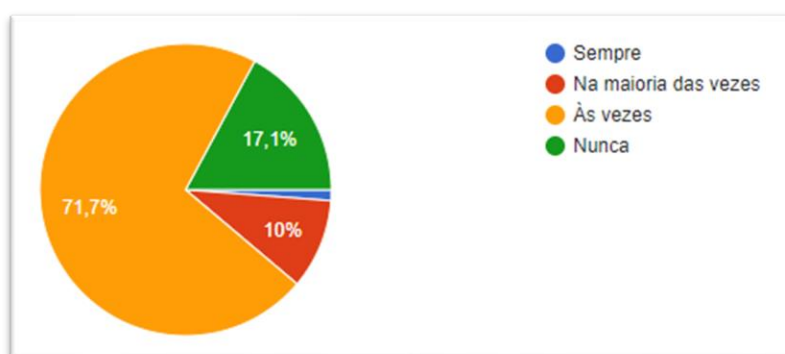


Gráfico 12 – Dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade na atual crise pandémica

O gráfico 12 apresenta que 71,7% da amostra (n=180) dos ROCs por vezes sentiu dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das empresas auditadas durante o cenário de crise pandémica que estamos a atravessar, 17,1% da amostra (n=43) afirmam que nunca sentiram dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das empresas auditadas no atual cenário que atravessamos, 10% da amostra (n=25) confirmam que na maioria das vezes sentiram dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das empresas auditadas perante o atual cenário de crise pandémica e 1,2% da amostra (n=3) afirma teve sempre dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade da atual crise provocada pela Covid-19. Podemos concluir assim com base na amostra que a atual crise pandémica por vezes deixou os ROCs com alguma dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das empresas.

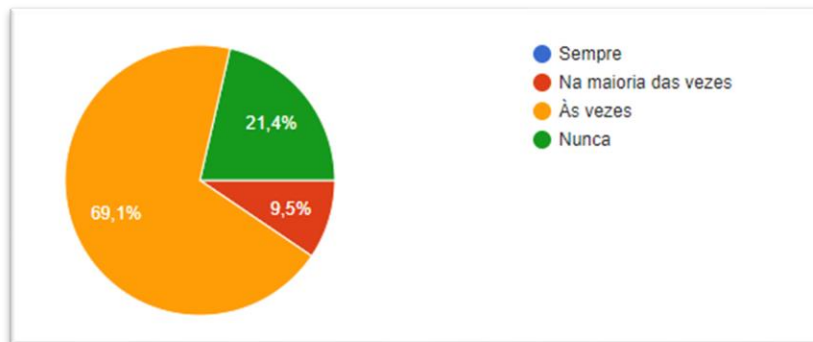


Gráfico 13 – Dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade na anterior crise financeira (2008 e nos anos seguintes)

O gráfico 13 mostra que 69,1% da amostra (n=168) dos ROCs por vezes sentiu dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das empresas auditadas durante o cenário de crise financeira de 2008 em diante, 21,4% da amostra (n=52) afirmam que nunca sentiram dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das empresas auditadas no anterior cenário de crise financeira de 2008 em diante, 9,5% da amostra (n=23) confirmam que na maioria das vezes sentiram dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das empresas auditadas no decorrer do anterior cenário de crise financeira e não houve ROCs a afirmar que tiveram sempre dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das empresas no anterior cenário de crise financeira. Podemos concluir assim com base na amostra que na anterior crise financeira os ROCs por vezes tiveram alguma dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das empresas. Cenário idêntico ao atual.

Esta questão obteve apenas 243 respostas pois trata-se de uma questão opcional, pois podia dar-se o caso de haver Revisores a responder ao questionário que na altura da anterior crise financeira ainda não se encontrassem a exercer a profissão.

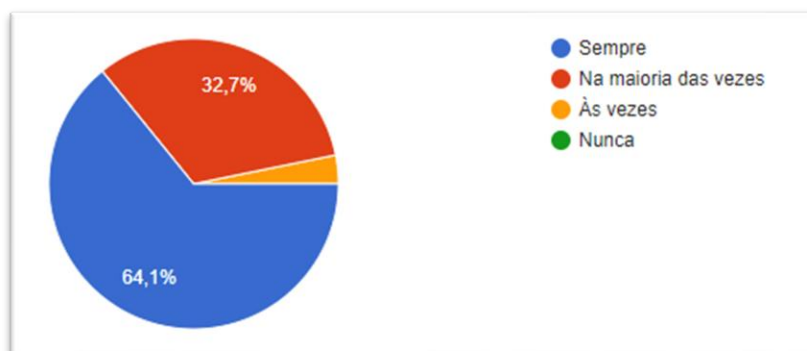


Gráfico 14 – Controle Interno vs segurança na execução do trabalho de auditoria

O gráfico 14 mostra que 64,1% da amostra (n=161) dos ROCs tem sempre maior segurança na execução do trabalho de auditoria quando o sistema de controlo interno é bom, 32,7% da amostra (n=82) afirmam que na maioria das vezes tem maior segurança na execução do trabalho de auditoria quando o sistema de controlo interno é bom, 3,2% da amostra (n=8) confirmam que às vezes sentem maior segurança no trabalho de auditoria quando a empresa apresenta um bom sistema de controlo interno e não há revisores a afirmar que não sentem maior segurança no trabalho de auditoria nas empresas que apresentam um bom sistema de controlo interno. Podemos concluir com base na amostra que o controlo interno é fundamental para o revisor ter confiança no trabalho de auditoria.

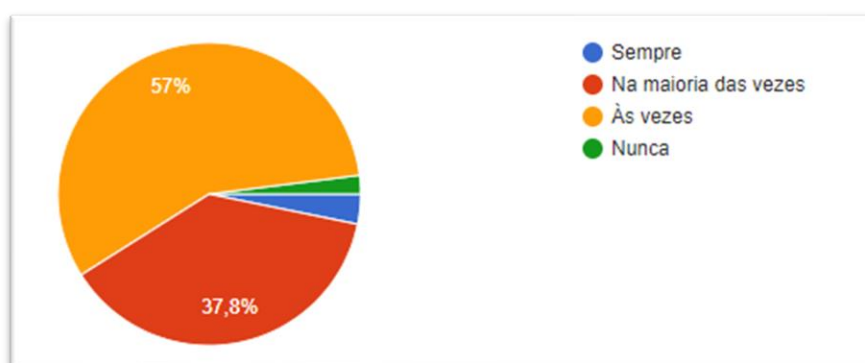


Gráfico 15 –Fragilidade do controlo interno na atual crise pandémica

O gráfico 15 mostra que 57% da amostra (n=143) dos ROCs sentiram que a atual crise pandémica que levou a que alguns serviços das empresas (na maioria os serviços administrativos) fossem realizados com recurso ao teletrabalho, fez com que o sistema de controlo interno por vezes se tornasse mais frágil, 37,8% da amostra (n=95) afirmam que o atual cenário de crise pandémica com o recurso ao teletrabalho na maioria das vezes

tornou o sistema de controlo interno mais frágil, 3,2% da amostra (n=8) confirmam o atual cenário de crise pandémica tornou o sistema de controlo interno das empresas mais frágil e 2% da amostra (n=5) afirmam que não sentiram que o atual cenário de crise pandémica fragilizasse o funcionamento do controlo interno. Podemos concluir assim com base na amostra que os revisores sentiram maior fragilidade no sistema de controlo interno das entidades o que os levou a fazer maior número de testes aos procedimentos e aumentar o número das amostras de documentos a analisar.

3.2 Apresentação e interpretação dos dados

Nos pontos anteriores foram apresentados os dados obtidos nos questionários e a sua análise, neste ponto irá proceder-se á síntese entre as questões levantadas durante a revisão da literatura e a sua relação com os dados recolhidos e as conclusões obtidas.

Questões de investigação	Hipóteses de investigação	Resultados
<p>Questão 1 - A Auditoria acrescenta valor e confiança aos destinatários das Demonstrações Financeiras? (ISA 200)</p>	<p>Hipótese 1 - A Auditoria relaciona-se com a credibilidade da Empresa através das suas Demonstrações Financeiras</p>	<p>✓ De acordo com as respostas recolhidas 58,2% dos ROC afirma que na maioria das vezes tem confiança na informação que consta nas DF das entidades auditadas e 37,1% afirma que tem sempre confiança. ✓ 46,2% dos ROCs afirma que por vezes teve dificuldade em expressar uma opinião sobre as DF garantindo com razoável fiabilidade que estas estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro e 32,7% afirma que nunca teve dificuldade em expressar uma opinião.</p>
<p>Questão 2 - Conseguir o Auditor, profissional competente e independente, expressar uma opinião através da análise das asserções subjacentes às Demonstrações Financeiras? (Costa 2014)</p>		

Questões de investigação	Hipóteses de investigação	Resultados
<p>Questão 3 - Os Auditores conseguem obter uma garantia razoável de que as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materiais devido a Fraude ou Erro? (ISA 200)</p> <p>Questão 4 - O conhecimento da área do negócio por parte do Auditor faz com que este identifique melhor os riscos e os problemas da Empresa? (Costa 2014)</p> <p>Questão 5 - No planeamento é fundamental que o Auditor recorra ao julgamento profissional? (Magalhães 2010)</p> <p>Questão 6 - Consegue o Auditor com base em amostras emitir a sua opinião sobre a totalidade das transações da entidade? (Moreira 2014)</p> <p>Questão 7 - Consegue o Auditor eliminar o risco de auditoria? (ISA 320)</p> <p>Questão 8 - Como definir a materialidade de forma a que as Demonstrações Financeiras não contenham erros ou distorções materialmente relevantes? (ISA 320)</p> <p>Questão 9 - Consegue o Auditor eliminar o risco de distorção material e o risco de deteção? (Costa 2014)</p> <p>Questão 10 - Qual a opinião a expressar após a análise da prova de auditoria recolhida? (ISA 700)</p> <p>Questão 11 - Em que situação o Auditor vê a sua opinião ser alterada? (ISA 705)</p>	<p>Hipótese 2 - O trabalho do Auditor é multidisciplinar procurando minimizar o risco</p>	<p>✓ 93,6% dos revisores afirma que o conhecimento do negócio dos clientes é sempre importante para o planeamento do trabalho de auditoria.</p> <p>✓ 85,7% dos revisores afirma que o julgamento profissional do auditor é sempre fundamentar para realizar o trabalho de auditoria</p> <p>✓ 55,4% dos inquiridos afirma que às vezes teve de fazer maior número testes aos procedimentos (ou aumento da amostra) neste momento de pandemia e 37% respondeu que na maioria das vezes teve de fazer maior numero de testes aos procedimentos (ou aumento da amostra).</p> <p>✓ 50,6% dos ROCs afirma que às vezes teve de alterar o calculo da materialidade devido á crise de Covid-19 e 32,7% respondeu que teve de alterar na maioria das vezes.</p> <p>✓ 71,7% dos Revisores afirmam que perante a atual crise pandémica por vezes tiveram maior dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade das entidades auditadas e 69,1% afirma que na crise financeira de 2008 em diante por vezes também sentiu dificuldade em aferir sobre este pressuposto.</p> <p>✓ 64,9% dos ROCs responderam que perante o atual cenário de crise pandémica os seus relatórios de auditoria / CLC por vezes tiveram maior número de reservas e 44,6% respondeu que na maioria das vezes os seus relatórios de auditoria / CLC tiveram maior número de ênfases.</p>
<p>Questão 12 - Consegue o Controlo Interno adotado pela Empresa eliminar os erros materialmente relevantes? (Costa 2014, Hayes et al)</p> <p>Questão 13 - Será o Controlo Interno adotado pela empresa o indicado? (Costa 2014, Hayes et al)</p> <p>Questão 14 - Qual a avaliação que o Auditor faz do Controlo Interno da Empresa de modo a definir quais os procedimentos a adotar? (Costa 2014, Hayes et al)</p>	<p>Hipótese 3 - Um bom Controlo Interno pode garantir a eficiência de uma Auditoria Financeira</p>	<p>✓ De acordo com as respostas aos questionários cerca de 64,1 % considera que um bom controlo interno trás sempre maior segurança ao trabalho de auditoria e 32,7% respondeu que trás mais conforto na maioria das vezes.</p> <p>✓ 57% dos inquiridos acha que a atual crise por vezes levou a que o controlo interno se torna-se mais frágil e 37,8% respondeu que na maioria das vezes o controlo interno tornou-se mais frágil.</p>
<p>Questão 15 - Será a mudança do panorama económico atual um cenário de Crise Financeira? (Carvalho 2013, Kindleberg 2002)</p> <p>Questão 16 - Como deve atuar o Auditor no atual cenário de Crise Financeira? (Autoria Própria)</p>	<p>Hipótese 4 - A situação de Crise pode potenciar soluções alternativas eficazes</p>	<p>✓ Segundo as respostas recolhidas através dos questionários realizados os auditores em 49% dos casos não sentiu nenhum impedimento na realização dos trabalhos de auditoria e 45,4% sentiu às vezes.</p> <p>✓ 55% dos ROCs responderam que atual crise alterou o planeamento do seu trabalho.</p>

Tabela 7: Relação entre questões de investigação, hipóteses de investigação e resultados

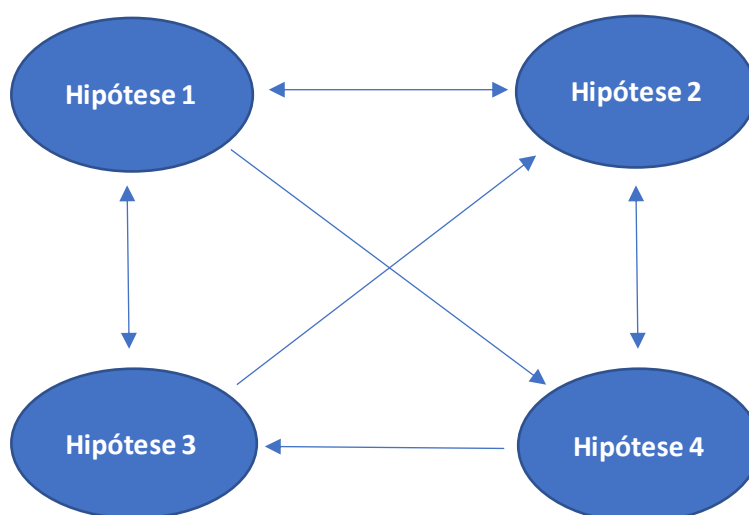
Tendo por base a pesquisa realizada ao longo desta dissertação, este trabalho teve como objetivo aferir sobre a opinião a emitir pelo Revisor Oficial de Contas num cenário de crise e se esta tem alterações no momento da emissão do Relatório de Auditoria / Certificação Legal das Contas.

Na revisão da literatura foi abordando os vários conceitos chave para o desenvolvimento do tema em estudo, os mais relevantes são: Auditoria Financeira, Relatório de Auditoria, Certificação Legal das Contas, Opinião, Revisor Oficial de Contas.

Após realizado o enquadramento do tema na revisão da literatura é apresentada a metodologia usada para a elaboração do caso empírico, tendo sido desenvolvido com base em questionários.

O estudo de caso foi desenvolvido com base num questionário direcionado aos Revisores Oficiais de Contas registados “em atividade” na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, considerando o tempo que o questionário esteve disponível para responder, o número de respostas obtidas considera-se minimamente satisfatório, julgando assim que o objetivo para a realização deste estudo foi atingido.

No que respeita às hipóteses de investigação estudadas e retomando o modelo de análise anteriormente apresentado:



Obtemos a seguinte tabela:

Hipóteses de investigação	Questão Questionário	Respostas	% por hipóteses	Validação por questão	Validação por hipótese	Perdominancia Percentual	% de confirmação de hipóteses
Hipótese 1 - A Auditoria relaciona-se com a credibilidade da Empresa através das suas Demonstrações Financeiras	Q5	83,0%	14,29%	11,85%	79,31%	25%	20%
	Q6	74,5%	14,29%	10,64%			
	Q7	98,3%	14,29%	14,04%			
	Q9	66,5%	14,29%	9,50%			
	Q12	76,2%	14,29%	10,88%			
	Q13	78,0%	14,29%	11,14%			
Q14	78,8%	14,29%	11,25%				
Hipótese 2 - O trabalho do Auditor é multidisciplinar procurando minimizar o risco	Q2	70,3%	11,11%	7,81%	78,60%	25%	20%
	Q3	68,9%	11,11%	7,66%			
	Q6	74,5%	11,11%	8,28%			
	Q7	98,3%	11,11%	10,92%			
	Q8	96,0%	11,11%	10,67%			
	Q9	66,5%	11,11%	7,39%			
	Q12	76,2%	11,11%	8,46%			
	Q13	78,0%	11,11%	8,66%			
Q14	78,8%	11,11%	8,75%				
Hipótese 3 - Um bom Controlo Interno pode garantir a eficiência de uma Auditoria	Q15	90,2%	50,00%	45,11%	77,34%	25%	19%
	Q16	64,5%	50,00%	32,23%			
Hipótese 4 - A situação de Crise pode potenciar soluções alternativas eficazes	Q2	70,3%	14,29%	10,04%	71,44%	25%	18%
	Q4	86,0%	14,29%	12,28%			
	Q10	68,6%	14,29%	9,80%			
	Q11	42,3%	14,29%	6,05%			
	Q12	76,2%	14,29%	10,88%			
	Q13	78,0%	14,29%	11,14%			
Q14	78,8%	14,29%	11,25%				
Percentagem global de confirmação das hipóteses							77%

Tabela 8: Percentagem de confirmação do modelo de análise

Analisando os resultados apresentados na tabela podemos que o modelo de análise criado neste estudo fica validado em 77%.

Analisando cada hipótese de investigação individualmente verificamos que:

- A hipótese 1 - A Auditoria relaciona-se com a credibilidade da Empresa através das suas Demonstrações Financeiras: pode-se concluir que 79,31% dos revisores considera que a credibilidade das empresas prende-se com a informação presente nas suas DF tendo confiança na informação apresentada pelas entidades auditadas e conseguem expressar uma opinião com fiabilidade sobre as mesmas sendo essencial o conhecimento do negócio das entidades. O contexto da crise pandémica provocada pela Covid – 19 não alterou esta confiança na credibilidade da informação presente nas demonstrações financeiras.
- A hipótese 2 - O trabalho do Auditor é multidisciplinar procurando minimizar o risco: podemos constatar que 78,6% dos revisores atenta a que o trabalho do auditor é multidisciplinar passando este por várias fases. O trabalho do auditor passa pelo conhecimento do negócio da entidade auditada, que se torna essencial para ele poder aplicar o seu julgamento profissional no momento do planeamento do

trabalho e no momento da tomada de decisão para emitir a sua opinião sobre a informação presente nas demonstrações financeiras. Perante o cenário atual o Revisor teve necessidade de alterar o planeamento do seu trabalho, o cálculo da materialidade e os procedimentos a adotar nas empresas como por exemplo aumentar o número de testes e amostras. No atual momento os revisores afirmam que em algumas situações tiveram maior dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade o que levou a emitirem alguns relatórios com mais reservas e ênfases.

- A hipótese 3 - Um bom Controlo Interno pode garantir a eficiência de uma Auditoria Financeira: podemos concluir que 77,34% dos revisores considera que um bom controlo interno da entidade torna a auditoria financeira mais eficiente. A atual situação de crise pandémica que vivemos trás algumas inseguranças no comprimento deste, pois o recurso ao teletrabalho houve procedimentos que tiveram que ser alterados o que pode ter causado algumas fragilidades no sistema de controlo interno que levou aos revisores a terem maior cuidado na análise dos procedimentos das empresas.
- A hipótese 4 - A situação de Crise pode potenciar soluções alternativas eficazes: podemos constatar que 71,44% dos revisores consideram que um contexto de crise pode potenciar soluções alternativas eficazes. A maioria dos revisores inquiridos não sentiu qualquer impedimento por parte dos clientes em realizar o trabalho de auditoria, mas este teve de ser adaptado perante o cenário que vivemos, parte dos revisores teve necessidade de rever o planeamento do trabalho de auditoria, a materialidade e os procedimentos a executar como por exemplo aumentar o número de amostras a analisar. Outro ponto relevante é que verificamos que grande parte dos revisores teve necessidade de emitir os seus Relatórios de Auditoria / Certificação Legal das Contas com maior número de reservas e ênfases, isto porque também verificamos que houve situações de entidades que o revisor teve dificuldade em aferir sobre o pressuposto da continuidade.

Limitações do estudo realizado

Uma das limitações encontradas foi a obtenção de respostas ao questionário, apesar dos diversos apelos para o fazerem. Estiveram disponíveis para resposta entre maio e julho que coincidiu com o período de maior fluxo de trabalho dos revisores e início do período de férias, talvez tenha sido esta uma das razões. Se as respostas fossem em maior quantidade os resultados seriam mais robustos permitindo assim generalizar as conclusões obtidas.

Recomendações para futuras investigações

Para pesquisas posteriores seria interessante usar meios qualitativos como por exemplo as entrevistas a serem realizadas de uma forma profunda onde fosse possível explorar as convicções e opiniões dos Revisores Oficiais de Contas, em casos concretos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Carvalho, Paula Alexandra Luís de (2013) – O que é uma crise financeira? – Breve Contributo para a tipificação do conceito. Dissertação de Mestrado em Análise Financeira, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

Costa, Carlos Baptista da (2014) – Auditoria Financeira: Teoria & Prática, 10ª edição, Lisboa, Rei dos Livros

Duarte, Lara Santos (2010). Auditoria financeira. Relatório de Estágio do Mestrado em Gestão, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

DRA 320 – “Materialidade de Revisão / Auditoria”

Feraz, Paulo José de Magalhães (2016), Auditoria orientada para a Gestão (Management-Oriented Audit), Dissertação de Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Fortin, Marie-Fabienne (1999), “O processo de Investigação: da concepção à realização, 2ª edição, Loures, Lusociência

GAT 1 Revista (2017) – Novos Modelos de Certificação Legal das Contas / Relatório de Auditoria, publicada pela OROC

Gil, António Carlos (2008), Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 6ª edição, Editora Atlas

ISA 200 (2009) “Objetivos gerais do Auditor Independente e a condução de uma auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria”, publicada pelo IFAC

ISA 300 (2009) “Planear uma auditoria de Demonstrações Financeiras”, publicada pelo IFAC

ISA 320 (2009) “A Materialidade no planeamento e na execução de uma Auditoria”, publicada pelo IFAC

ISA 700 (2016) “Formar uma Opinião e relatar sobre Demonstrações Financeiras”, publicada pelo IFAC

ISA 705 (2016) “Modificações à Opinião no Relatório do Auditor Independente”, publicada pelo IFAC

Magalhães, Sofia Alexandra Martins (2010), Materialidade em auditoria: o problema da sua aplicação prática. Dissertação de Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

Maroco, João (2007), “Análise Estatística - Com Utilização do SPSS, 3ª edição, Edições Sílabo

Moreira, Cátia Sofia Cunha (2014), Auditoria financeira. Relatório de Estágio do Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Pinheiro, Catarina Garcia de Albergaria (2013), Acrescentar valor à organização com a Auditoria Interna. Dissertação de Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van (1995), “Manual de Investigação em Ciências Sociais”, 3ª ed. 2003; Reservados os direitos para Portugal por Gradiva

Tribunal de Contas (1999), “Manual de Auditoria e de Procedimentos”, Volume I, Lisboa

Apêndice 1 - Questionário

Anexo 1 – Modelo de Certificação Legal das Contas aplicável para as entidades que não são Entidades de Interesse Público e as possíveis alterações aos modelos quando a Opinião é modificada

Anexo 2 – Árvore de decisão para Opinião sem Reservas e sem Ênfases

Anexo 3 – Árvore de decisão para Opinião sem Reservas mas com Ênfases

Anexo 4 – Árvore de decisão para Opinião com Reservas por limitação do âmbito da auditoria

Anexo 5 – Árvore de decisão para Opinião com Reservas por desacordo